

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2014/2015



III

**A MAIS-VALIA OPERACIONAL DA CAPACIDADE DE FORÇAS
DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA A CAVALO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A MAIS-VALIA OPERACIONAL DA CAPACIDADE DE
FORÇAS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA A
CAVALO**

Major de Cavalaria da GNR Diogo Almeida e Brito Moreira Soares

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2014/2015

Pedrouços - 2015



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A MAIS-VALIA OPERACIONAL DA CAPACIDADE DE
FORÇAS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA A
CAVALO**

Major de Cavalaria da GNR Diogo Almeida e Brito Moreira Soares

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2014/2015

Orientador: Major de Cavalaria da GNR Marco Paulo Almeida de Rodrigues
Gonçalves

Pedrouços – 2015



Agradecimentos

O trabalho desenvolvido na presente investigação resultou, para além do esforço individual, dum exercício de conjugação de apoios, incentivos e acompanhamentos de natureza diversa. Assim não seria justo deixar de agradecer a todos os que, de diversas formas, contribuíram para que a sua realização fosse possível.

Agradeço de forma especial ao MAJ CAV GNR Marco Gonçalves, orientador deste trabalho, para além de camarada e amigo, pela permanente disponibilidade e apoio que em muito contribuiu para a organização e construção do resultado final.

Uma referência também às personalidades que se disponibilizaram para a realização das entrevistas, transmitindo de forma clara os seus conhecimentos e visão, enriquecendo assim esta investigação. Assim, ao GEN Loureiro dos Santos, ao SUPERINTENDENTE-CHEFE Oliveira Pereira, ao MGEN Botelho Miguel, ao COR INF GNR Reis Ferreira, ao COR CAV GNR Costa Lima, ao COR INF GNR Nuno Paulino e ao COR CAV GNR Silva Gomes, o meu muito obrigado.

Uma palavra de gratidão para todos aqueles que ajudaram de alguma forma na concretização desta tarefa: COR CAV GNR Marques e Silva, TCOR CAV GNR Carlos Almeida, TCOR INF GNR Paulo Silvério, TCOR ADMIL GNR Parreira da Silva, MAJ VET GNR Vítor Oliveira, MAJ CAV GNR André Santos, MAJ CAV GNR Luís Ferreira, CAP CAV GNR Filipe Tomé, CAP CAV GNR Bruno Pires, TEN ADMIL GNR Luís Gonçalves e TEN ADMIL GNR Sónia Torres.

Uma palavra de agradecimento especial para todos os oficiais alunos do Curso de Estado-Maior Conjunto 2014/2015, pela amizade, camaradagem, espírito de entreajuda e sentido crítico.

Last but certainly not least gostaria de agradecer à Bárbara, à Madalena e ao Martim, credores do meu tempo, pelo seu apoio incondicional e paciência no decorrer desta missão que me propus cumprir.



Índice

Introdução	1
a. Introdução ao tema e contexto em que o estudo se desenvolve	1
b. Justificação do estudo.....	1
c. Objeto de estudo e sua delimitação	2
d. Definição dos objetivos de investigação	3
e. Percurso metodológico	3
1. Enquadramento concetual.....	6
a. Do ambiente e sentimento de segurança e da gestão das perceções	6
b. Do conceito de mais-valia operacional.....	8
c. Dos níveis de intervenção operacional	9
d. Síntese conclusiva	10
2. As forças a cavalo da Guarda Nacional Republicana.....	11
a. Caracterização atual.....	11
(1) O dispositivo a cavalo	11
(2) Formação.....	13
(3) Competência distintiva/vantagem competitiva	14
b. As missões operacionais das forças a cavalo	15
(1) Patrulhamento	16
(2) RMOP	16
(3) Prestação de honras de estado	18
c. O apoio logístico e os custos associados	18
(1) Assistência veterinária e siderotécnica.....	19
(2) Instalações e viaturas específicas	19
(3) Custos associados.....	20
d. Síntese conclusiva	21
3. O emprego das forças a cavalo na atividade operacional policial	23
a. Nos modelos de policiamento	23
b. No policiamento de proximidade.....	24
c. Em patrulhamento.....	25
d. Em ações de RMOP	26
e. Potencialidades e limitações.....	27



f. Em países de referência – identificação e análise de boas práticas.....	28
(1) Na <i>Guardia Civil</i> (Espanha).....	29
(2) No Cuerpo Nacional de Policía (Espanha).....	30
(3) Na Gendarmerie Nationale (França)	31
(4) No Metropolitan Police Service (Londres, Inglaterra).....	33
(5) O estudo da <i>Rand Corporation</i> e da Universidade de Oxford	34
g. Síntese conclusiva	35
Conclusões	38
a. Tendências futuras	41
b. Propostas	42
Bibliografia.....	43

Índice de Anexos

Anexo A – Organograma da Guarda Nacional Republicana

Anexo B – Organograma da Unidade de Segurança e Honras de Estado

Anexo C – Organograma de Comando Territorial

Índice de Apêndices

Apêndice A – Síntese histórica das forças a cavalo da Guarda

Apêndice B – Guião das perguntas enviadas às forças policiais internacionais

Apêndice C – Aquisição de cavalos nas forças policiais internacionais

Apêndice D – Súmula das entrevistas realizadas

Índice de Figuras

Figura nº 1 – As três missões operacionais das forças a cavalo 15

Figura nº 2 – A Guarda a cavalo no controlo de multidões em 16/05/1958..... Apd A-3

Índice de Tabelas

Tabela n.º 1 – Custos com forças a cavalo da Guarda em 2013..... 20

Tabela n.º 2 – Custos com forças a cavalo da Guarda em 2014..... 20

Tabela n.º 3 – Comparação entre forças policiais..... 37



Resumo

Uma das valências da Guarda Nacional Republicana (GNR) são as suas forças a cavalo, mas será que a capacidade de forças a cavalo se constitui efetivamente como uma mais-valia operacional? Através duma estratégia qualitativa, baseada em pesquisa documental, entrevistas e observação, este estudo de caso procura analisar as forças a cavalo em ações policiais, as suas principais características, potencialidades e limitações.

No patrulhamento as forças a cavalo são eficazes na prevenção criminal, no policiamento de proximidade e no aumento do sentimento de segurança. Na gestão de multidões, são excelentes no controlo e dissuasão e nas alterações da ordem pública, são fortes e robustas. São forças que devem existir no catálogo à disposição dum comandante.

As forças a cavalo são efetivamente uma mais-valia operacional. Representam valor acrescentado ao resultado da proteção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, contribuindo assim para a melhoria da qualidade do serviço policial.

Palavras-Chave

Guarda, Segurança, Mais-valia, Cavalo, Proximidade

Abstract

One of the capacities of the Guarda Nacional Republicana (GNR) is its forces on horseback, but is the ability of forces on horseback an effective operational surplus value? Through a qualitative approach, based on desk research, interviews and observation, this case study seeks to analyse the forces on horseback in police work, their main characteristics, capabilities and limitations.

The forces patrolling on horseback are effective in preventing criminality, in proximity policing and in increasing the sense of security. In the crowd management, they are excellent in monitoring and deterrence and in the reestablishment of the public order, they are strong and robust. These forces must exist in the commander's catalogue.

Horseback police forces are effectively an operational surplus value. They represent added value to the result in the protection of rights, freedoms and guarantees of citizens, thus contributing to the improvement of the police service's quality.

Keywords

Guard, Security, Surplus value, Horse, Proximity



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ARS	<i>Agrupación de Reserva y Seguridad</i>
CAA	Centro de Apoio de Área
CARI	Comando da Administração dos Recursos Internos
CEC	Curso Específico de Cavalaria
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CG	Comandante-Geral
CNP	<i>Cuerpo Nacional de Policía</i>
CRMOP	Curso de Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública
CTer	Comando Territorial
CUF	Companhia União Fabril
DI	Destacamento de Intervenção
DRH	Direção de Recursos Humanos
DRL	Direção de Recursos Logísticos
DTer	Destacamento Territorial
DTrans	Destacamento de Trânsito
FA	Forças Armadas
FEP	Federação Equestre Portuguesa
FS	Forças de Segurança
GC	<i>Guardia Civil</i>
GHE	Grupo de Honras de Estado
GML	Guarda Municipal de Lisboa
GMP	Guarda Municipal do Porto
GN	<i>Gendarmerie Nationale</i>



GNR	Guarda Nacional Republicana
GR	<i>Garde Républicaine</i>
GRP	Guarda Real de Polícia
HVE	Hospital Veterinário de Equinos
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
MPS	<i>Metropolitan Police Service</i>
NEOp	Nível de Emprego Operacional
NEP	Norma de Execução Permanente
OE	Objetivos Específicos
OG	Objetivo Geral
PSP	Polícia de Segurança Pública
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RAEGNR	Regulamento de Atividade Equestre da Guarda Nacional Republicana
RC	Regimento de Cavalaria
RCHM	Regulamento de Continências e Honras Militares
RGSGNR	Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana
RMOP	Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública
SFT	Secção de Formação e Treino
TII	Trabalho de Investigação Individual
TS	Transporte de Solípedes
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado



Introdução

O presente Trabalho de Investigação Individual (TII), elaborado no âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto 2014/2015 do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), pretende estudar as forças a cavalo da Guarda Nacional Republicana (GNR), adiante designada por Guarda, nomeadamente na sua vertente operacional. Para atingir tal desiderato, o tema do trabalho a desenvolver é “*A mais-valia operacional da capacidade de forças da Guarda Nacional Republicana a cavalo*”.

a. Introdução ao tema e contexto em que o estudo se desenvolve

A sociedade do século XXI está atenta aos fenómenos como nunca esteve nenhuma das suas antecessoras. O escrutínio permanente da comunidade, no seu conjunto, e dos cidadãos, coloca um acréscimo de visibilidade à atuação das entidades, principalmente das públicas. Como refere o Prof. Nélon Lourenço este escrutínio permanente, característico da sociedade moderna, aparece hoje associado a uma outra que é a vigilância e controlo das instituições (2013, p. 3).

As Forças de Segurança (FS) são um exemplo paradigmático desta realidade, não só pela relevância do seu trabalho e por terem ação direta nos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, seja na sua salvaguarda como na sua restrição, mas também por serem sustentadas quase exclusivamente pelo erário público. A politização do assunto segurança interna só tem explicação devido a esse escrutínio permanente a que as instituições, leia-se Forças e Serviços de Segurança, estão sujeitas (Lourenço, 2013, p. 21).

Numa altura em que se exigem respostas firmes e eficazes, mas também proporcionais e estritamente necessárias, a utilização de forças a cavalo no cumprimento de missões operacionais são um dos diversos instrumentos constituídos, equipados e treinados à disposição do decisor, seja ele político ou estratégico, e do comandante duma força policial, seja ele operacional ou tático.

b. Justificação do estudo

Neste TII procurar-se-á caracterizar as forças a cavalo da Guarda destacando essencialmente a sua componente operacional atual e analisando as suas potencialidades e limitações, custos e benefícios, tendo sempre presente que provavelmente constituem uma das competências distintivas da instituição. Far-se-á, neste âmbito, uma abordagem à realidade de forças policiais de países de referência previamente selecionadas, analisando o



modo como empregam as forças a cavalo e quais as tendências futuras que as mesmas identificam para esse tipo de forças. Finalmente tentar-se-á chegar a uma conclusão fundamentada que confirme ou infirme se as forças a cavalo, para além duma eventual competência distintiva, são também uma mais-valia operacional para o serviço da Guarda.

Face aos considerandos acima expostos, o estudo da mais-valia operacional das forças a cavalo na Guarda reveste-se da maior pertinência para a instituição, pela capacidade que a mesma deve ter em olhar para o seu interior, estudar assuntos, dos mais simples aos mais complexos, atualizar procedimentos, melhorar formas de atuação e tornar mais eficiente e eficaz a sua ação. Por outro lado, em termos individuais, o presente trabalho proporcionará ao autor uma perceção mais profunda desta temática, o que constituirá um inegável valor acrescentado à sua formação contínua como militar e como oficial de cavalaria da Guarda.

No que respeita ao Estado da Arte, e mais concretamente em termos de artigos/trabalhos académicos respeitantes ao tema da utilização do cavalo em missões policiais, a matéria não é muito abundante. A pesquisa para este trabalho focalizou-se no trabalho do Dr. John Fine (2001), de Mitchell Roth (1998), de Sam Swindell (2007) e de Stephen Doeren (1989), no que respeita a autores que se debruçaram sobre a temática das forças policiais a cavalo. Foi também analisado o recente (2014) e profundo estudo desenvolvido pela *Rand Corporation* e pela Universidade de Oxford intitulado “*Making and Breaking Barriers. Assessing the value of mounted police units in the UK*”¹.

Quanto a outros autores de referência, será analisado o trabalho de Ribeiro dos Santos e Luís Rodrigues no enquadramento histórico (vide Apêndice A), mas também de Ferreira de Oliveira, Loureiro dos Santos, Paulo Machado, Paulo Gomes, Nelson Lourenço, Severiano Teixeira e Susana Durão, cujas intervenções, investigação e pesquisa acerca da segurança, dos modelos de policiamento e de policiamento de proximidade são bastante relevantes.

c. Objeto de estudo e sua delimitação

O objeto de estudo do presente TII são as forças a cavalo da Guarda.

Este trabalho incidirá especificamente nas forças a cavalo que desempenham funções policiais, em Portugal e na atualidade, nas suas características, nas principais missões que

¹ Traduzido para língua portuguesa “Criar e Quebrar Barreiras. Avaliar o valor das unidades de polícia montada no Reino Unido”



lhes estão cometidas, nas suas potencialidades e limitações, no apoio logístico, nos custos associados e nas boas-práticas decorrentes do seu empenhamento operacional em forças policiais estrangeiras de referência.

d. Definição dos objetivos de investigação

O Objetivo Geral (OG) do presente TII é caracterizar e analisar as forças a cavalo da Guarda na atualidade, no sentido de averiguar se a capacidade das mesmas se constitui como uma mais-valia operacional.

Para esta investigação foram definidos os seguintes Objetivos Específicos (OE): Analisar o ambiente de segurança atual em Portugal, o sentimento de segurança e a influência que a gestão das perceções tem nesse sentimento; Definir um conceito de mais-valia operacional e referir os níveis de emprego operacional em que se inserem as forças a cavalo; Caracterizar a utilização atual do cavalo e as missões operacionais que este tipo de forças desempenha na Guarda; Analisar o apoio logístico e os custos inerentes às mesmas; Caracterizar as forças a cavalo no policiamento de proximidade e no restabelecimento e manutenção da ordem pública (RMOP); Identificar as potencialidades e limitações das forças a cavalo; Caracterizar a utilização do cavalo em missões operacionais por forças internacionais, nomeadamente a *Guardia Civil* e o *Cuerpo Nacional de Policía* espanhóis, a *Gendarmerie Nationale* francesa e o *London Metropolitan Police Service* inglês, bem como as tendências de evolução no seu emprego.

e. Percurso metodológico

O método de pesquisa utilizado foi o hipotético-dedutivo, aplicado no sentido de responder ao problema de investigação materializado pela seguinte Questão Central (QC): **Será que a capacidade de forças a cavalo da Guarda Nacional Republicana se constitui efetivamente como uma mais-valia operacional?**

Procurando a resposta a esta questão foram definidas as seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1: Como se pode caracterizar e o que influencia o sentimento de segurança em Portugal?

QD2: Como definir mais-valia operacional?

QD3: Quais as missões operacionais executadas pelas forças a cavalo da Guarda?



QD4: Qual o papel das forças a cavalo no policiamento de proximidade e quais as vantagens da sua utilização em situações de alteração da ordem pública?

QD5: Quais são as potencialidades e as limitações mais relevantes das forças a cavalo?

QD6: Quais as tendências futuras para as forças a cavalo apontadas pelas forças policiais internacionais?

Após a definição da problemática à qual deverá ser dada resposta, foram elencadas também as seguintes hipóteses:

H1: Portugal é considerado um país seguro, mas o sentimento de segurança da população é fortemente influenciado pela informação disponível e pelos órgãos de comunicação social.

H2: A mais-valia operacional é definida pelo valor acrescentado que uma valência dá ao cumprimento da missão geral da Guarda.

H3: As três missões operacionais executadas por forças a cavalo são o patrulhamento, o RMOP e a prestação de honras de estado.

H4: A visibilidade das patrulhas a cavalo é uma das suas características mais importantes e o poder de choque das forças a cavalo é fortemente dissuasor nas alterações da ordem pública.

H5: Como potencialidades destacam-se a visibilidade, a empatia, o poder de choque e o efeito psicológico. Como limitações, a logística, a imprevisibilidade das reações do cavalo e as missões estáticas muito prolongadas.

H6: A nível internacional a tendência é aumentar o emprego deste tipo de forças, com critério e segundo uma boa gestão de recursos, numa estratégia de visibilidade e de proximidade com o cidadão.

A investigação efetuada para este TII assentou numa estratégia qualitativa em que se privilegiou a análise de caso. Esta investigação é também descritiva, pois centra-se na aquisição e análise de dados, recolhidos a partir de documentos, de entrevistas e da observação (IESM, 2014, p. 19). A análise documental é realizada em profundidade, as entrevistas são do tipo semiestruturadas e a observação participante feita pelo autor resulta de vários anos de experiência na estrutura de forças a cavalo da Guarda.

No que respeita ao *design* da pesquisa é realizado um estudo de caso, baseado, como já foi referido, numa estratégia qualitativa de natureza essencialmente empírica e descritiva. Neste estudo de caso, para além do enquadramento concetual, descrevem-se



rigorosamente e em pormenor as forças a cavalo da Guarda, as missões que desempenham, o apoio logístico, os custos associados. Analisa-se também o emprego de forças a cavalo na atividade operacional policial em todas as suas vertentes, bem como as suas potencialidades e as suas limitações.

Ainda na componente metodológica do presente trabalho, cumpre-se o estabelecido na Norma de Execução Permanente (NEP) ACA – 010 e na NEP ACA – 018, ambas de setembro de 2014, e na publicação “Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação”, de novembro de 2014, todas do IESM. Para referenciação da bibliografia utilizou-se a ferramenta do Word, estilo Harvard-Anglia. Para referenciação de diplomas legislativos e informação acessória optou-se pela utilização de notas de rodapé.

No que respeita a técnicas de recolha de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas ao General José Alberto Loureiro dos Santos, antigo Ministro da Defesa Nacional e Chefe de Estado-Maior do Exército, e ao Superintendente-Chefe Francisco Oliveira Pereira, antigo Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP). A nível da estrutura da Guarda efetuaram-se entrevistas semiestruturadas ao Comandante Operacional e aos Comandantes Territoriais de Évora, Faro, Lisboa e Santarém. Estas sustentam, por um lado, a posição do Comandante Operacional da Guarda e, por outro, a opinião de oficiais superiores com funções de comando sobre esta matéria. Foram também realizadas entrevistas semiestruturadas a forças policiais de referência previamente selecionadas, enviadas por correio eletrónico por impossibilidade de deslocação aos países das mesmas, acerca da realidade e perspetivas futuras da utilização das forças a cavalo. Acresce referir que os contributos das forças policiais serviram apenas para aferir quais as boas práticas dessas instituições, sem fazer qualquer estudo comparativo entre as mesmas.

As entrevistas aos Comandantes Territoriais e as realizadas às forças policiais internacionais foram enviadas por correio eletrónico. Quanto a esta forma de entrevista acresce referir que é uma ferramenta que pode ser aplicada rapidamente, convenientemente e praticamente sem custos, gerando dados de alta qualidade (Meho, 2006, p. 1293). “A entrevista semiestruturada realizada por correio eletrónico pode ser uma alternativa viável às entrevistas cara a cara e telefónica, especialmente quando o tempo, as restrições financeiras ou as fronteiras geográficas são barreiras para uma investigação.” (Meho, 2006, p. 1293). Ou seja, pode-se afirmar que, em diversos aspetos, as entrevistas realizadas por correio eletrónico representam uma progressão natural na conduta atual dos investigadores face às tecnologias que têm à sua disposição (Burns, 2010).



1. Enquadramento concetual

Neste capítulo procurar-se-á caracterizar o ambiente de segurança em Portugal, tecer algumas considerações sobre o sentimento de segurança da população portuguesa e em que medida é que as diferentes perceções influenciam esse mesmo sentimento. Definir-se-á também mais-valia operacional, conceito presente no próprio título do TII e na QC, e em que níveis de intervenção operacional se inserem as forças a cavalo.

a. Do ambiente e sentimento de segurança e da gestão das perceções

De visita oficial aos Emirados Árabes Unidos, S. Ex.^a O Presidente da República Portuguesa, Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva afirma: “Como Presidente devo chamar a vossa atenção para um país – Portugal – que é um dos mais seguros (...) do mundo.” (Silva, 2014).

De acordo com o Fórum Económico Mundial no seu Relatório de Competitividade Global 2014/2015, Portugal está no 7º melhor lugar no ranking mundial relativamente ao custo que a ameaça terrorista tem na realização de negócios, está no 10º lugar relativamente ao custo que o crime e a violência têm na realização de negócios, está no 13º lugar no que respeita ao custo que o crime organizado tem na realização de negócios e está no 29º lugar na confiança que a população tem nas forças e serviços de segurança. Todas estas classificações são num universo de 144 países.

Também em 2014, Portugal foi considerado o 18º país mais seguro do mundo pelo ranking *Global Peace Index*, do *Institute for Economics and Peace* (IEP), num universo de 162 países.

Por estes factos a Ministra da Administração Interna (MAI), Prof. Dra. Anabela Rodrigues, afirmou recentemente que, “de acordo com diversos estudos e indicadores internacionais, Portugal é dos países mais seguros do mundo” (Redação TVI24, 2015). Podemos dizer que é este o ambiente de segurança atual, Portugal é um país seguro como também confirmam as personalidades entrevistadas neste TII (vide Apêndice D, entrevistas n.º 1, 2 e 3).

O facto de ser um país considerado seguro não invalida que o ambiente internacional, instável e complexo, face por exemplo à possibilidade duma ameaça terrorista tipo *Charlie Hebdo*, influencie na prática o sentimento de segurança dos portugueses e as políticas de segurança. No entanto, e no contexto deste TII, reafirma-se que Portugal é um país considerado seguro.



Embora esta situação seja uma realidade factual, o ambiente de segurança num dado país ou região pode ou não coincidir ou ser diretamente proporcional ao sentimento de segurança da população.

Uma das formas de entender o que é o sentimento de segurança pode ser através da definição do seu contrário. Assim, podemos dizer que “o sentimento de insegurança é essencialmente o medo e a angústia, refletidos no crime” (Lourenço, 1998, p. 49). Visto que o aparecimento deste sentimento de insegurança tem um efeito desestruturante sobre as relações sociais na maioria das cidades dos países industrializados (Lourenço, 1998, p. 50), deve constituir uma prioridade para qualquer governo combatê-lo permanentemente. Para atingir tal desiderato só as FS que estão junto das populações, e, acrescente-se, de uma forma presente e visível, poderão identificar e combater o efeito da pequena criminalidade na evolução do sentimento de insegurança dos cidadãos (Lourenço, 1998, p. 53).

Tal como em cinco edições anteriores, em 2014 foi feito um estudo acerca do sentimento de segurança dos portugueses, promovido pela ESEGUR – Empresa de Segurança – S.A., conjuntamente com a PremiValor *Consulting*. Este estudo, chamado de Barómetro da Segurança, Proteção de Dados e Privacidade em Portugal, tem como principal objetivo disponibilizar informação qualitativa e quantitativa relativamente ao sentimento de segurança (ESEGUR S.A. e PremiValor *Consulting*, 2014). Os resultados, com um erro máximo de 3,44%, considerando um intervalo de confiança de 95%, indicam que 73% dos portugueses classificam o país como “seguro” ou “muito seguro” e mais de 80% referem que se sentem “seguros” ou “muito seguros” nas cidades onde vivem. Um dado interessante resulta dos locais onde as pessoas se sentem “menos seguras”: a via pública (rua) recolhe a maior percentagem, seguida dos parques de estacionamento. Quando a questão é acerca dos locais onde o cidadão se sente “nada seguro” surgem em primeiro lugar os parques de estacionamento, seguidos pelas garagens, os transportes públicos e locais de acesso, as discotecas e bares e a via pública (rua). Uma referência final para a questão sobre o que poderia ser feito para melhorar o clima de segurança em Portugal. Sendo o maior número de respostas a melhoria da situação socioeconómica, a segunda resposta mais registada foi aumentar o número de efetivos das FS. Esta resposta pode ser entendida como uma solicitação para haver mais elementos das FS “na rua”, presentes e visíveis, pois é notório ser esse o alcance das palavras dos cidadãos quando falam em número de efetivos.



Podem existir diferentes perceções de um mesmo acontecimento, condicionadas pela informação disponível ao escrutínio da opinião pública e por aspetos político-sociais dos recetores, mas também pela maneira como a imagem e a mensagem são transmitidas, podendo gerar diferentes interpretações. Assim, face à cobertura voraz e espetacular que os Órgãos de Comunicação Social (OCS) fazem dos fenómenos atuais, principalmente dos criminais e das alterações de ordem pública, a perceção da realidade pode não ser entendida de forma coincidente com essa realidade. Segundo Loureiro dos Santos (2014, p. 111), a gestão das perceções transforma os factos em função dos ângulos transmitidos pelos diversos emissores.

As FS devem estar especialmente atentas e capacitadas para gerir as perceções que relevam da sua atividade (*vide* Apêndice D), pois esta também é uma forma de influenciar positivamente o sentimento de segurança da população. Uma situação de alteração da ordem pública, por exemplo, transmitida dum ângulo propositadamente negativo pode ser um golpe profundo na imagem de proficiência, ubiquidade e contenção que deve nortear as ações das FS aos olhos da opinião pública, cada vez mais exigente.

b. Do conceito de mais-valia operacional

O conceito de mais-valia aparece normalmente ligado às ciências económicas, financeiras ou ao mundo empresarial e está associado a um valor acrescentado. No entanto, este mesmo conceito tem a sua génese na defesa dos direitos dos trabalhadores tendo sido definido e introduzido no léxico laboral por Karl Marx. Resumidamente, Marx, na tentativa de explicar a exploração a que um trabalhador está sujeito, definiu que mais-valia é tudo o que é produzido por um trabalhador para além daquilo que ele produz com reflexo no salário que aufer, ficando a mais-valia produzida, naturalmente, para o patrão. Ou seja, o produto excedente, e também o seu reflexo em dinheiro, chamado de mais-valia, é o residual de produto que permanece depois das classes produtoras receberem a sua compensação, ou salário (Mandel, 2004).

No âmbito deste TII procura-se aplicar um conceito de mais-valia operacional. Tendo como base a questão levantada por Marx, em que mais-valia significa um acréscimo no valor produzido, podemos facilmente afirmar que, do ponto de vista operacional, a mais-valia surge com o contributo de todas as atividades que concorrem para a obtenção do resultado operacional pretendido, acrescentando algo ao produto final. Esse valor pode ser



materializado no resultado obtido mas também no modo em como este resultado se obtém, obedecendo a critérios de economia de meios, eficiência e eficácia.

c. Dos níveis de intervenção operacional

Loureiro dos Santos identifica três níveis de intervenção para garantir a ordem e tranquilidade pública. O primeiro nível de intervenção respeita à ação diária das FS, que resolvem as ocorrências através de forças menos robustas, no combate à pequena criminalidade e alterações pouco significativas do estado de normalidade da vida social. O terceiro nível de intervenção ocorre quando a desordem social é muito intensa e a realidade anárquica coloca em risco o funcionamento do estado e das instituições. Neste caso, e após a declaração de um dos estados de exceção², o estado de sítio, as Forças Armadas assumem um papel de destaque na prossecução do regresso à normalidade e com as FS sob o seu comando. O segundo nível de intervenção surge numa situação de criminalidade muito violenta, de ameaça de elevada intensidade a pontos sensíveis e de possibilidade de ocorrerem ações que paralise áreas críticas da sociedade, não se justificando, no entanto, a declaração de um dos estados de exceção. Neste caso a resolução é da competência das FS e das suas estruturas mais robustas que estão em condições de fazer face a ameaças mais graves e perturbações mais profundas (Santos, 2014, p. 222).

A Guarda, na sua doutrina de emprego que está vertida na Circular n.º 14/2014 – P, do Comando Operacional/Direção de Operações, define quatro níveis de emprego operacional (NEOp) que se poderiam inserir, num mero exercício académico, nos dois primeiros níveis definidos por Loureiro dos Santos. O 1º NEOp resulta da ação diária das FS num policiamento contínuo, sistemático e global. O 2º NEOp obedece a critérios de policiamento orientado e de apoio ao 1º NEOp, é a intervenção rápida em apoio ao patrulhamento ou esse mesmo patrulhamento dirigido a uma realidade específica. O 3º NEOp é aplicado numa situação de escalada da conflitualidade com o emprego de forças treinadas e equipadas para manutenção e restabelecimento da ordem pública. O 4º e último NEOp surge em situações de terrorismo, de violência concertada com elevada complexidade e risco e empenha a estrutura de operações especiais.

As forças a cavalo são empregues no 1º NEOp, através do patrulhamento normal e sistemático efetuado em giros previamente definidos e normalmente influenciado pelo

² Cfr. CRP art.º 19º e art.º 275º, n.º 7, conjugados com a Lei n.º 44/86, de 30 de setembro (Regime do estado de sítio e do estado de emergência)



terreno e pela presença e visibilidade. No 2º NEOp, as forças a cavalo surgem em apoio ao 1º NEOp ou são dirigidas para um determinado espaço e tempo, em virtude do objetivo que se pretende alcançar resultante duma análise de determinada realidade criminal. No 3º NEOp, materializado pelo emprego de forças de RMOP, as forças a cavalo integram uma força conjunta, normalmente com a infantaria e a cinotecnia, assente na versatilidade das valências, no conjugar das potencialidades de cada uma e no minimizar das limitações.

d. Síntese conclusiva

Pode-se afirmar que Portugal é um país seguro. Esta afirmação, dentro do contexto mundial atual, instável e complexo, resulta de dados concretos analisados, de estudos efetuados e da opinião de diversas personalidades sobre esta matéria. No entanto, e apesar da maioria dos cidadãos considerar que vive num país seguro e em segurança, existe uma percentagem de cerca de 20 a 25% (ESEGUR S.A. e PremiValor Consulting, 2014) que não o sente. Esta realidade, influenciada pelas perceções que transformam os factos em função dos ângulos emitidos e que devem ser geridas, faz com que, por vezes, o sentimento de segurança diminua pela ação dos OCS ou as FS possam ter a sua imagem diminuída face à opinião pública.

A presença e a visibilidade das FS assumem-se como fatores indissociáveis da segurança objetiva e subjetiva das populações (Sistema de Segurança Interna, 2014, p. 4) e influenciam diretamente o seu sentimento de segurança. As forças a cavalo assumem-se como um expoente de enorme relevância na visibilidade e presença da Guarda, atitudes reclamadas pelos próprios cidadãos, como vimos anteriormente.

A mais-valia operacional duma valência, como por exemplo as forças a cavalo, integrada numa força como a Guarda, resulta do contributo que essa valência acrescenta à segurança da população e à proteção dos seus direitos, liberdades e garantias. Esse contributo é materializado no resultado obtido mas também no modo em como este resultado se obtém, obedecendo a critérios de economia de meios, eficiência e eficácia.

No seu emprego operacional, demonstrativo da sua versatilidade, as forças a cavalo estão claramente integradas num patrulhamento contínuo preventivo (1º NEOp), podendo ser utilizadas num patrulhamento orientado e de apoio (2º NEOp) e, em caso de necessidade, assumem uma componente musculada, treinada e equipada, em situações de alteração da ordem pública (3º NEOp).



2. As forças a cavalo da Guarda Nacional Republicana

Neste capítulo será analisada toda a estrutura atual das forças a cavalo da Guarda, o apoio logístico de que necessitam e os custos associados à sua atividade.

a. Caracterização atual

(1) O dispositivo a cavalo

O atual dispositivo a cavalo da Guarda é constituído pelas subunidades a cavalo da Unidade de Segurança e Honras de Estado e pelas forças a cavalo dos Comandos Territoriais (vide Anexo A). Os Comandos Territoriais de Braga, Castelo Branco, Viana do Castelo e Lisboa não têm forças a cavalo no seu dispositivo.

Em termos de recursos humanos a Unidade de Segurança e Honras de Estado empenha 321 militares nas suas três subunidades a cavalo³ e os Comandos Territoriais um total de 204 militares⁴. Ou seja na Guarda existem 525 militares afetos ao serviço a cavalo que, num universo de 22141 militares⁵, constituem uma percentagem de 2,37 % do efetivo total. Sendo o efetivo de cavalaria da Guarda constituído por 2658 militares, verifica-se que apenas cerca de 1/5 está afeto ao serviço a cavalo.

A Guarda tem presentemente 410 cavalos⁶ no seu efetivo operacional, assim distribuídos: a Unidade de Segurança e Honras de Estado tem 294 cavalos (71,7 %) e os Comandos Territoriais têm, somados, 116 cavalos (28,3 %).

(a) Na Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE)

De acordo com a legislação em vigor, a USHE é a unidade de representação da Guarda, de escalão brigada, responsável pela proteção e segurança às instalações dos órgãos de soberania e de outras entidades que lhe sejam confiadas e pela prestação de honras de estado⁷.

Para além das competências decorrentes da Missão Geral da Guarda, à USHE compete, entre outras missões: Garantir a prestação de honras de estado confiadas à Guarda, bem como as superiormente determinadas; Manter em prontidão um esquadrão a cavalo para reforço da Unidade de Intervenção em ações de RMOP; Garantir a remonta, o

³ Dados fornecidos pela USHE referentes a 31MAR15.

⁴ Dados fornecidos pela Direção de Operações (DO) /Comando Operacional (CO) referentes a 31AGO14.

⁵ Dados fornecidos pela Direção de Recursos Humanos (DRH) /Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI) referentes a 31MAR15.

⁶ Dados fornecidos pela Divisão de Medicina Veterinária (DMV) /Direção de Saúde e Assistência na Doença (DSAD) /CARI referentes a 13ABR15.

⁷ Cfr. Art.º 43º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro (Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana).



desbaste e o ensino de solípedes, a inspeção técnica e a uniformização de procedimentos de unidades a cavalo e da equitação; Assegurar (...) a instrução específica para todo o efetivo de cavalaria da Guarda; Realizar ações de natureza preventiva e efetuar o emprego operacional dos seus meios em reforço das unidades⁸.

A USHE foi formada no dia 1 de janeiro de 2009 a partir do efetivo, instalações e meios do Regimento de Cavalaria, das Companhias de Guarnição e Fanfarra do Regimento de Infantaria e da Banda de Música, até então dependente do Comando-Geral.

Presentemente a USHE, com um efetivo de 1124 militares e civis, 294 cavalos e 250 viaturas, distribuídos por 5 aquartelamentos em Lisboa, está estruturada em Comando e Estado-Maior, o Grupo de Honras de Estado (GHE) a três esquadrões de cavalaria, dois a cavalo e um motorizado, o Grupo de Segurança a duas companhias de infantaria, o Esquadrão Presidencial, a Banda e Fanfarra, a Charanga a Cavalo e o Esquadrão de Comando e Serviços. Tem ainda um Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes (CEDS) e um Centro de Formação Equestre⁹ (vide Anexo B).

Face à especificidade do tema deste TII interessa sobretudo realçar as subunidades e estruturas que têm a ver diretamente com o serviço a cavalo.

Primeiramente uma referência à diferença entre o número de cavalos da USHE em relação aos do dispositivo territorial. A explicação reside no facto da USHE desempenhar todo o espectro de missões operacionais das forças a cavalo, o patrulhamento, RMOP e prestação de honras de estado. O dispositivo territorial desempenha missões de patrulhamento e, residualmente, de representação.

No que respeita às subunidades, os dois esquadrões a cavalo da USHE têm o seu aquartelamento em Lisboa, o 3º Esquadrão está sediado em Braço de Prata, na zona oriental, e o 4º Esquadrão localiza-se na Ajuda, na zona ocidental. Os esquadrões a cavalo são subunidades operacionais que se articulam em comando, apoio de serviços e pelotões a cavalo. Os pelotões a cavalo são comandados por oficiais subalternos e são constituídos por três a cinco esquadras e um sargento cerra-fila. Cada esquadra é composta por um cabo e cinco guardas.

A Charanga a Cavalo da Guarda, a única força militar musical a cavalo portuguesa e das poucas no mundo que toca marchas militares e trechos de música ligeira nos três andamentos do cavalo, está sediada no 3º Esquadrão, em Braço de Prata.

⁸ Cfr. Despacho n.º 59-09/OG, de 5 de março de 2010. Estas missões são apenas as que são executadas com o contributo das forças a cavalo.

⁹ Cfr. Art.º 8º da Portaria 1450/2008, de 16 de dezembro.



Finalmente, uma referência ao Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes (CEDS) pois é a estrutura responsável pelo desbaste, ensino e reensino de todos os cavalos da Guarda. Este centro articula-se em comando, secção de picadores, secção de tratadores e secção de atrelagem.

(b) Nos Comandos Territoriais (CTer)

A Guarda é composta por 20 CTer: 18 no continente, um por cada distrito administrativo, e um em cada Região Autónoma, Açores e Madeira.

O CTer é a unidade responsável pelo cumprimento da Missão Geral da Guarda, na dependência direta do comandante-geral, na área de responsabilidade atribuída, compreendendo um distrito da divisão administrativa¹⁰. Os CTer articulam-se em comando, serviços e subunidades operacionais (vide Anexo C). As subunidades operacionais dos CTer são os destacamentos que podem ser de três tipos: territoriais, de trânsito ou de intervenção. Os destacamentos territoriais (DTER) e de trânsito (DTrans) articulam-se em subdestacamentos ou postos¹¹.

Nos CTer de Coimbra, Évora e Porto existem forças a cavalo nos Destacamentos de Intervenção (DI). Nos restantes CTer as forças a cavalo estão colocadas nos Subdestacamentos/Postos Territoriais, dos quais dependem operacionalmente.

(2) Formação

A formação dos militares de cavalaria da Guarda é feita nas classes de ingresso, guardas e oficiais, após a formação base, e é ministrada pela USHE na sua totalidade.

Os oficiais da Guarda frequentam, no posto de Alferes, o Curso Específico de Cavalaria (CEC) para Oficiais. Com uma carga horária total de 315 horas, tem a sua componente mais forte nas disciplinas equestres e no serviço a cavalo desempenhado pela Guarda.

Os guardas candidatos à arma de cavalaria, já depois de terem terminado com aproveitamento o Curso de Formação de Guardas, frequentam o CEC para Guardas. Com uma carga horária total de 686 horas, tem a sua componente mais forte na equitação base habilitando os militares a executar todo o espectro dos serviços a cavalo da Guarda.

¹⁰ Cfr. Art.º 37º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro (Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana) conjugado com o Despacho n.º 53-09/OG, de 5 de março de 2010

¹¹ Cfr. Art.º 38º e 39º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro (Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana)



No que respeita à classe de sargentos, e porque todos eles concluíram com aproveitamento o CEC para Guardas, os formandos frequentam um Módulo Específico de Cavalaria no sentido de os habilitar a comandar forças a cavalo e a ter um conhecimento mais profundo das disciplinas equestres, que se reflete na formação que irão ministrar.

Por opção, a Guarda não faz criação de cavalos, essencialmente devido aos custos associados a essa atividade. Assim, a Guarda opta por adquirir os seus cavalos no mercado de criadores de cavalos, normalmente no nacional, sendo que, em situações muito pontuais, também compra cavalos no estrangeiro. Recentemente têm ocorrido doações de cavalos à Guarda, permitindo aos criadores escoarem a sua produção de solípedes cujas vendas foram afetadas pela crise económica e financeira.

A aquisição de cavalos é feita por concurso público e mediante a satisfação dum caderno de encargos complexo e exigente (vide Apêndice C acerca da aquisição de cavalos por forças policiais internacionais). Satisfeitas as condições estabelecidas pela Guarda para entrar em concurso, os criadores são visitados pela Comissão Técnica Equestre e de Remonta¹² para verificação. Após esta fase os cavalos que entram em desbaste têm ainda um período redibitório, durante o qual podem ser devolvidos ao criador caso seja encontrada alguma patologia não detetada aquando do concurso e que se prove já existir antes da aquisição.

(3) Competência distintiva/vantagem competitiva

Face à realidade de ter a quase exclusividade¹³ desta tipologia de forças faz com que qualquer força a cavalo seja imediatamente identificada com a Guarda. Assim sendo pode-se afirmar que as forças a cavalo são uma competência distintiva da Guarda.

Uma competência distintiva, dentro das inúmeras definições existentes, pode ser uma capacidade única que uma organização adquire na sua fundação ou que desenvolve e que não pode ser facilmente imitada. Estas competências essenciais são as que dão a uma organização uma ou mais vantagens competitivas ao criar, disponibilizar e acrescentar valor aos seus clientes no seu ramo de negócio (WebFinance, Inc., s.d.).

Mais concretamente as competências distintivas representam as características que distinguem a organização das concorrentes, mas para que seja efetivamente uma vantagem

¹² Cfr. Art.º 4º do Regulamento da Atividade Equestre da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo Despacho n.º 24/14-OG, de 4 de abril

¹³ Existe uma força a cavalo da antiga Polícia Florestal de Lisboa, que agora está integrada na Polícia Municipal daquela cidade (Câmara Municipal de Lisboa, s.d.)

competitiva ela deve ser coincidente com os fatores críticos de sucesso (Dias, s.d., pp. 134-135). Estes fatores são “externos à empresa e podem ser definidos como aquilo que é inequivocamente valorizado pelo mercado e, ao mesmo tempo, que permite um destaque significativo à concorrência” (Dias, s.d., p. 86).

Assim, as forças a cavalo podem ser consideradas uma competência distintiva da Guarda e podem resultar em vantagem competitiva face a outras instituições policiais nacionais ou estrangeiras. No entanto, as competências distintivas só se transformam em vantagens competitivas se bem aplicadas e alinhadas com os fatores críticos de sucesso.

b. As missões operacionais das forças a cavalo

A cavalaria da Guarda divide a sua componente operacional a cavalo em três grandes missões: o patrulhamento, o RMOP e a prestação de honras de estado¹⁴. Na figura seguinte, o mesmo cavaleiro e o mesmo cavalo, fardados e equipados para cada uma das três missões, simbolizando a versatilidade das forças a cavalo.



Figura nº 1 – As três missões operacionais das forças a cavalo

Fonte: USHE

¹⁴ A Guarda executa também, em capacidade sobrança, ações de apoio social à população, como são exemplo as sessões de hipoterapia e as escolas de equitação para jovens. Paralelamente à atividade operacional, os militares da Guarda têm a possibilidade de representar a instituição em eventos equestres nacionais e internacionais.



(1) Patrulhamento

Por ser este um capítulo referente às forças a cavalo da Guarda, far-se-á referência à doutrina existente, mormente no Manual de Operações da Guarda. Outras considerações mais abrangentes acerca do patrulhamento serão abordadas na secção c. do capítulo 3.

De acordo com o referido manual “O patrulhamento tem como principais objetivos a vigilância e a fiscalização, com uma finalidade essencialmente preventiva, visando a manutenção da tranquilidade pública e o respeito pelas leis (...).” (GNR, 1996, pp. I-1).

Especificamente acerca do patrulhamento a cavalo há a reter que “as patrulhas a Cavalo constituem um meio eficaz no combate e controlo da criminalidade atuando essencialmente duma forma preventiva e dissuasora, contribuindo assim para influenciar e reforçar o sentimento de segurança entre a população” (GNR, 1996, pp. II-4). Em termos de emprego, as patrulhas são igualmente eficazes em áreas urbanas como em áreas rurais, sendo de destacar a utilidade em zonas de elevada perigosidade, quando empregues conjuntamente com forças apeadas (GNR, 1996, pp. II-4).

Caracterizando o patrulhamento a cavalo, o mesmo manual, no seu volume II, refere: “Caracteriza-se por um médio raio de ação, consequência de uma maior velocidade de deslocação (6 km/h), possibilidade de acesso a quase todos os locais, aproximação discreta, possibilita ao patrulheiro um grande campo de observação e uma razoável capacidade de perseguição, favorecendo o contacto direto com pessoas e locais. Pela sua imponentia, a patrulha a cavalo é um fator desencorajador de ações contra a sua segurança” (GNR, 1997, pp. I-17).

O patrulhamento a cavalo na Guarda é normalmente executado em patrulhas de dois binómios (conjunto cavaleiro/cavalo) em situação normal de policiamento. Numa situação suspeita ou de elevada perigosidade está previsto o empenhamento de patrulhas a três. Todas as ações de patrulhamento a cavalo obedecem a regras específicas de conduta, em que os militares não se preocupam só com a situação em si e com a sua segurança, mas também com a segurança da sua montada e dos cidadãos que estejam nas imediações.

(2) RMOP

O RMOP é uma missão onde as forças a cavalo têm como principais características a sua mobilidade, o grande poder de choque, a economia de meios e um forte efeito psicológico no adversário, conceitos que serão aprofundados na secção d. do capítulo 3.



A força de ordem pública a cavalo da Guarda tem capacidade para executar operações neutras, defensivas e ofensivas. Nas defensivas incluem-se as escoltas, os encaminhamentos, as barragens, as guardas de flanco, o patrulhamento e a vigilância de pontos sensíveis e nas ofensivas, o repelir e o dispersar. O patrulhamento e os encaminhamentos são também operações neutras, caso sejam apenas para orientação e controlo¹⁵.

O Comandante-Geral da Guarda dispõe em permanência de um esquadrão RMOP (ERMOP) pronto para intervir à ordem. Este esquadrão é formado por um pelotão RMOP de cada um dos esquadrões a cavalo e conta também com toda a estrutura de apoio ao seu emprego. O ERMOP é constituído pelo comando, por dois pelotões a quatro esquadras cada, militares de apoio, veterinário, ferradores e condutores dos camiões de transporte de solípedes (TS) num total de 84 militares. Todos os militares que integram o ERMOP estão habilitados com o Curso de Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública (CRMOP).

A Guarda é das poucas forças no mundo que ministra um curso de especialização nesta área com base teórica e prática em ações de controlo de distúrbios civis e segurança de grandes eventos. Até à presente data a Guarda formou o efetivo necessário para as suas necessidades de re completamento no que respeita à força de ordem pública a cavalo, tendo concluído o CRMOP com aproveitamento um total de 537 formandos. Neste âmbito, fruto das boas relações que a Guarda mantém com forças policiais internacionais e muito devido ao selo de qualidade que esta doutrina e formação tem além-fronteiras, já frequentaram o CRMOP 100 elementos de forças policiais tão distintas como Polícias Militares de Estados do Brasil, da *Guardia Civil* de Espanha, dos *Carabineros* do Chile, da *Jandarma* da Turquia, da *Gendarmerie* da Jordânia e da *Gendarmerie Royale* de Marrocos.

O CRMOP já foi frequentado por elementos estrangeiros em diversas versões, sempre com a mesma base doutrinária. A versão habitual é a integração de alunos estrangeiros no pelotão de instrução também composto por militares da Guarda em formação. No entanto a USHE já realizou um curso só para formandos estrangeiros de diversos países, sob o desígnio da Associação FIEP¹⁶ (Iniciais de França, Itália, Espanha e Portugal), e também já foram ministrados cursos a formandos de um só país, como foi o caso da Jordânia.

¹⁵ Conteúdo programático da disciplina de RMOP 3 – Tipos de Operações RMOP ministrada ao CRMOP.
Fonte: Secção de Formação e Treino (SFT) /USHE.

¹⁶ Para melhor entendimento consultar o sítio da Guarda (GNR, 2015) ou o sítio da FIEP (Associação FIEP, 2015)



(3) Prestação de honras de estado

A Guarda tem especificamente na letra da lei que define as suas competências a missão de colaborar na prestação de honras de estado¹⁷. Não querendo com esta afirmação dizer que seja uma missão exclusiva, porque não o é, este facto vem sustentar a importância que o poder político, através do legislador, atribui a esta missão e ao seu cumprimento por parte da Guarda.

A prestação de honras de estado pela Guarda pode ser executada em três ações distintas: escoltas de honra, guardas de honra e guardas de sentinelas honoríficas. Sendo as duas últimas ações normalmente realizadas por forças apeadas, as escoltas de honra, pelo contrário, são executadas por forças montadas.

De acordo com o Regulamento de Continências e Honras Militares (RCHM) uma escolta de honra é uma força armada destinada a acompanhar estandartes nacionais, acompanhar altas entidades a quem se deva prestar esta honra militar e acompanhar féretros em honras fúnebres¹⁸, e deverão ser a cavalo ou motorizadas¹⁹.

Presentemente, também em cumprimento do RCHM, as escoltas de honra a cavalo são realizadas por forças de dois escalões distintos: a escolta a Chefes de Estado é da responsabilidade duma força escalão batalhão (-), um grupo a cavalo a dois esquadrões, com charanga e guarda avançada, num total de 97 cavaleiros e cavalos. Esta escolta de honra pode ser de escalão regimento nas grandes solenidades²⁰.

As escoltas de honra a cavalo a outras altas entidades, embaixadores residentes em representação do respetivo Chefe de Estado ou membros de Casas Reais reinantes em representação do respetivo monarca, são realizadas por uma força de escalão companhia, um esquadrão a cavalo a dois pelotões, com charanga e guarda avançada, num total de 65 cavaleiros e cavalos. Esta escolta de honra pode ser executada por uma força de escalão batalhão, ou seja um grupo a cavalo, nas grandes solenidades.

c. O apoio logístico e os custos associados

No âmbito do presente TII optou-se por dividir o apoio logístico das forças a cavalo em duas áreas: assistência veterinária/siderotécnica e instalações e viaturas específicas.

¹⁷ Cfr. Alínea h, n.º 2 do Art.º 3º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro (Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana)

¹⁸ Cfr. Art.º 77º do RCHM, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 331/80, de 28 de agosto

¹⁹ Cfr. Art.º 78º do RCHM, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 331/80, de 28 de agosto

²⁰ Cfr. Quadro B do Capítulo V do RCHM, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 331/80, de 28 de agosto



(1) Assistência veterinária e siderotécnica

No que respeita à assistência médico-veterinária a USHE tem quatro veterinários a trabalhar na unidade, embora pertencendo ao Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI), sendo que três prestam serviço no Hospital Veterinário de Equinos (HVE) /CARI, nas instalações do 4º Esquadrão, e um na Enfermaria Veterinária do 3º Esquadrão. Na parte siderotécnica, embora a atividade seja supervisionada pelos veterinários, cada esquadrão tem uma oficina siderotécnica própria.

Nos Comandos Territoriais a assistência médico-veterinária e siderotécnica é assegurada pelos Centros de Apoio de Área (CAA), havendo um para a zona norte, outro para a zona centro e outro para a zona sul. Face ao número de médicos veterinários da Guarda, cada CAA tem um médico-veterinário nominalmente designado para todas as necessidades que ocorram na sua área de responsabilidade. Em permanência, cada CAA tem um sargento enfermeiro veterinário e uma equipa siderotécnica. A assistência médico-veterinária e siderotécnica nos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal são asseguradas pela USHE.

(2) Instalações e viaturas específicas

A USHE tem três aquartelamentos afetos às forças a cavalo, o 3º Esquadrão, o 4º Esquadrão e o CEDS e no dispositivo territorial existem 34 instalações, das quais apenas 20 estão em utilização.

Quanto a viaturas, consultado o GERFIP²¹, existem 30 viaturas específicas para as forças a cavalo na Guarda assim discriminadas: Três viaturas TS8, oito viaturas TS7, cinco viaturas TS6 e 14 viaturas TS2. A este número há que acrescentar os 20 atrelados existentes com capacidade para dois cavalos. Se considerarmos que as viaturas TS8, TS7 e TS6 são apropriadas para transporte administrativo ou para ações RMOP, mas não são adequadas para transportar patrulhas (não só pelo gasto de combustível mas também pela dificuldade em manobrar em diversos locais), chega-se facilmente à conclusão de que o transporte adequado é a viatura TS2 ou o atrelado, dos quais existem 34 no dispositivo.

Os atrelados, embora dependam dum veículo trator, também sofrem desgaste. No atual parque de atrelados, o mais antigo é de 1988, tem portanto 27 anos, e o mais recente é de 1993, tem 22 anos.

²¹ Programa informático de gestão contabilística e financeira da Administração Pública Central em uso na Guarda



Quanto às viaturas TS2, verifica-se que as duas mais recentes, que estão na USHE, são de 2008. Das restantes 12 viaturas, a mais antiga é de 1996, conta com 19 anos, e a mais recente é de 2000, tendo por isso 15 anos.

(3) Custos associados

Os custos inerentes à atividade das forças a cavalo não são objetivamente fáceis de determinar, facto que também é referido pelas forças policiais estrangeiras no capítulo 3 deste TII. Como refere o estudo da *Rand Corporation* “Os custos relativos e benefícios das opções disponíveis – manter unidades a cavalo, combinar e centralizar recursos montados ou eliminá-los, no todo ou em parte – não podem atualmente ser avaliados com confiança por forças individuais ou por organismos nacionais de coordenação” (Giacomantonio, et al., 2014, p. 5). Os números apresentados refletem o gasto com a aquisição de cavalos, ração, palha e limpeza das cavalariças em 2013 e 2014.

Tabela n.º 1 – Custos com forças a cavalo da Guarda em 2013

Fonte: Direção de Recursos Logísticos (DRL) /CARI

2013	Aquisição de cavalos		90.897,00 €
	Ração		309.189,00 €
	Palha		379.676,00 €
	Limpeza das cavalariças	USHE	484.857,00 €
		CTer Porto	46.456,99 €
		CTer Coimbra	26.090,88 €
		CTer Évora	0,00 €
Total			

Tabela n.º 2 – Custos com forças a cavalo da Guarda em 2014

Fonte: Direção de Recursos Logísticos (DRL) /CARI

2014	Aquisição de cavalos		0,00 €
	Ração		306.303,00 €
	Palha		380.841,00 €
	Limpeza das cavalariças	USHE	392.078,28 €
		CTer Porto	36.543,54 €
		CTer Coimbra	24.696,98 €
		CTer Évora	46.355,57 €
Total			



Os números apresentados merecem o seguinte comentário: No que respeita à aquisição, nem sempre há remonta na Guarda, daí o valor em 2014 ser zero. A necessidade de adquirir cavalos resulta da análise do efetivo presente em termos de idade, saúde e capacidade operacional, pelo que não é necessário recorrer ao mercado todos os anos. Também as doações de cavalos à Guarda resultam numa necessidade menor de os comprar.

A palha e a ração mantêm valores constantes, pelo que se pode afirmar que esta despesa está relativamente estabilizada. O fornecimento destes produtos é alvo de adjudicação anual resultante de procedimentos aquisitivos. Quanto à limpeza das cavalariças é uma despesa suportada pelo orçamento da Guarda e objeto de contratos anuais resultantes de procedimentos contratuais aquisitivos lançados pelo MAI, sendo que apenas são realizados para a USHE e para os três CTer que têm forças a cavalo nos DI.

d. Síntese conclusiva

As forças a cavalo da Guarda dividem a sua atuação operacional em três tipos de missões: o patrulhamento, o RMOP e a prestação de honras de estado. A Guarda executa também, em capacidade sobrança, ações de apoio social à população, como as sessões de hipoterapia e as escolas de equitação para jovens. Paralelamente à atividade operacional, os militares da Guarda têm a possibilidade de representar a instituição em eventos equestres nacionais e internacionais.

Todos os militares da arma de cavalaria têm a sua formação equestre na USHE e todos os cavalos em serviço na Guarda aí são desbastados e ensinados. Como tal, a USHE constitui-se inegavelmente como a casa-mãe da cavalaria da Guarda.

No que respeita às missões o patrulhamento a cavalo é uma ação essencialmente preventiva e de vigilância, destinada ao cumprimento da missão geral da Guarda, visando a manutenção da tranquilidade pública e o respeito pelas leis, que exige que os militares exerçam plenamente as suas competências de agentes da força pública e de autoridade, para além de toda a preparação dos cavalos para a sua habitação ao ambiente onde se realiza a ação. A força RMOP a cavalo à disposição do Comandante-Geral da Guarda é um esquadrão a dois pelotões. A formação RMOP, cuja base é o CRMOP, é ministrada na USHE e tem sido bastante requisitada para formar elementos de forças policiais estrangeiras. A prestação de honras de estado, executada através das escoltas de honra de acordo com o RCHM, é, para além duma missão operacional, um meio de projeção da imagem da Guarda e do país.



O apoio veterinário e siderotécnico estão estruturados por áreas geográficas e o parque automóvel das viaturas afetas ao serviço a cavalo parece estar envelhecido e necessitado de uma renovação, principalmente no dispositivo territorial.

Os custos de funcionamento das forças a cavalo são extremamente difíceis de calcular, tal como referem as forças policiais internacionais no capítulo 3 deste TII. Face ao exposto, qualquer cálculo mais arrojado poderá conter imprecisões ou excessos que poderão levar a tirar conclusões erradas. Sendo o apurar de custos um exercício difícil de levar a cabo, achar a relação custo/benefício é ainda mais complexa, pois implicaria relacionar custos difíceis de calcular e benefícios de difícil medição.



3. O emprego das forças a cavalo na atividade operacional policial

Neste capítulo, que se inicia com uma abordagem aos modelos de policiamento, será analisado o emprego das forças a cavalo na atividade policial, nomeadamente no policiamento de proximidade, no patrulhamento e nas ações de RMOP. Serão também estudadas as estruturas/unidades a cavalo de forças policiais internacionais e identificadas as boas-práticas no seu emprego.

a. Nos modelos de policiamento

Num trabalho desta temática é relevante tecer algumas considerações sobre modelos de policiamento, como elemento enquadrador da função policial. Segundo Paulo Valente Gomes existem três grandes blocos de modelos de policiamento no espaço europeu: o napoleónico, o nacional e o descentralizado (s.d., p. 1), que serão infra descritos de acordo com a visão deste mesmo autor.

O napoleónico, que é o vigente em Portugal, tem como base duas FS nacionais, uma de natureza militar, mais voltada para o espaço rurano e rural e outra de natureza civil, responsável pelo espaço urbano. É um modelo no qual as FS respondem perante o poder político central e predomina no sul da Europa (s.d., p. 1). O modelo nacional, predominante no norte da Europa, prevê a existência de uma só FS nacional, dirigida por um diretor nacional que responde perante o membro do governo que tutela a segurança interna. O descentralizado, mais comum nos países anglo-saxónicos, prevê uma considerável autonomia de múltiplas FS, cada uma delas responsável por uma determinada área geográfica, normalmente um distrito administrativo ou um estado, no caso das federações (s.d., p. 1).

Importa referir que, embora seja um modelo que privilegia o cumprimento da Lei (em língua inglesa *law enforcement*) e voltado para a prossecução dos fins do estado, o modelo napoleónico, vigente em Portugal e que é também um consumidor de recursos, tende, hoje em dia, a buscar o mesmo objetivo dos outros modelos: a melhoria da qualidade do serviço policial através do conceito de proximidade. Ou seja, todas as forças policiais têm a noção dos fins, objetivos e ideias-chave da atividade policial, a diferença está no modo de os atingir e aplicar (Gomes, s.d., p. 1).

O fim é sempre a eliminação do crime. Sendo esta uma ideia utópica, fala-se realisticamente em redução da atividade criminosa e aumento do sentimento de segurança das populações (Gomes, s.d., p. 3). Estes objetivos conseguem-se através da proximidade,



da presença e do diálogo mas também da firmeza de atuação face a ilícitos, dentro dos princípios do estado de direito democrático.

Em qualquer destes modos de atuação as forças a cavalo, desde que bem utilizadas, podem desempenhar um papel importante, seja no contacto com o cidadão, como na presença policial ou até na repressão de atos graves contrários à Lei, como alterações da ordem pública. Neste último caso as forças a cavalo atuam não isoladas, mas sim em conjunto com outras valências.

As forças a cavalo têm um valor operacional e simbólico único, nomeadamente em ações de reposição da ordem pública, criando barreiras, e na proximidade policial, eliminando barreiras. Representam uma presença serena ou, ao mesmo tempo, uma ameaça consistente do uso da força (Giacomantonio, et al., 2014, p. 5).

b. No policiamento de proximidade

“A integração de conceitos como o de proximidade na atividade de policiar nasce da ideia de desenvolver técnicas de prevenção criminal alternativas à repressão policial, depois de várias situações locais, criminais e de ordem pública terem apontado fraquezas aos métodos operacionais e demonstrado que as técnicas preventivas eram insuficientes.” [Moore, 2003, citado por (Durão, 2010, p. 112)].

Embora a origem da interação colaborativa e cooperativa entre cidadão e polícia seja uma ideia primeiramente desenvolvida nos países anglo-saxónicos sob a designação de policiamento comunitário, o policiamento de proximidade em Portugal inspirou-se na experiência francesa, muito pela semelhança dos modelos de policiamento, ambos assentes em FS de âmbito nacional (Durão, 2010, p. 114), como já foi referido.

Falar em policiamento de proximidade é reconhecer que as forças policiais não devem apenas atuar após o acontecimento, restabelecendo a ordem pública perturbada pelos conflitos (Coelho, 1998, p. 23), como tal uma polícia de proximidade que conhece bem o território de atuação está mais disponível a criar uma dinâmica de segurança, tanto na prevenção e dissuasão como na repressão, sempre que esta for necessária (Lourenço, 1998, p. 53). Ou seja, a polícia de proximidade não se limita a reagir aos acontecimentos ou a dar seguimento às queixas das vítimas. É uma força que sabe antecipar, que está pronta a intervir antes duma ocorrência ou alteração da ordem pública, de uma incivilidade ou ato delinvente (Chevènement, 1998, p. 5).



A Guarda sempre desempenhou um papel de polícia de proximidade, especialmente nos ambientes mais rurais (...) envolvendo a comunidade local nas questões de segurança das populações, pois dada a dispersão do seu dispositivo, a sua presença ativa e a inserção de facto nas comunidades locais, a Guarda dispõe de condições privilegiadas para efetuar um eficaz policiamento de proximidade (Viegas, 1998, p. 127).

O policiamento de proximidade contribui para reforçar a confiança dos cidadãos na capacidade de resposta do estado democrático face ao risco de insegurança que ameaça o bem-estar da sociedade (Coelho, 1998, p. 26). É no entanto importante ressaltar que o policiamento de proximidade não é a solução para todos os problemas de segurança, devendo sim ser conjugado com todas as outras formas e modelos de atuação policial. Por isso “deve ser implementado sempre que possível, onde, quando e, sobretudo, da forma que for possível.” (Viegas, 1998, p. 133).

Portanto, o principal desafio que hoje se apresenta às forças policiais é encontrar um equilíbrio entre “repressão e prevenção ou entre uma polícia do tipo profissional e uma polícia comunitária ou de proximidade” (Oliveira, 2006, p. 113).

Uma das exigências da atuação policial profissional moderna, e também presente no policiamento de proximidade, é a visibilidade das forças policiais (Machado, 1998, p. 166), e também a orientação do patrulhamento para onde está, ou pode vir a estar, o problema. Assim, devido a todas as suas características e potencialidades, as forças a cavalo têm um papel determinante na proximidade exigida pela sociedade à atuação das FS, e em particular, da Guarda.

c. Em patrulhamento

Como já foi referido o patrulhamento a cavalo é uma ação essencialmente preventiva e de vigilância, destinada ao cumprimento da missão geral da Guarda, visando a manutenção da tranquilidade pública e o respeito pelas leis, e acrescente-se, a proximidade e interação com o cidadão.

As modernas práticas de policiamento enfatizam a interação construtiva entre os elementos das forças de segurança e o público. Um militar a cavalo convida a um contacto construtivo com a comunidade de uma maneira única, trabalhando de forma próxima com os seus pares tradicionais (patrulhamento apeado e auto) e desenvolvendo uma forte ligação com os líderes das comunidades locais (Fine, 2001).



A localização do cavaleiro a uma altura superior, aliado à rapidez e facilidade de manobra do cavalo, permite operar em áreas de difícil intervenção, tais como ruas lotadas, bem como uma capacidade de visualização elevada da área envolvente, provando o valor operacional deste tipo de patrulhamento (Fine, 2001).

O estudo de Stephen Doeren aponta para seis tipos de empenhamento/missões para as forças a cavalo onde se inclui também o patrulhamento: “patrulhamento de parques e de zonas de recreio; patrulhamento de áreas com elevada densidade populacional; controlo de trânsito; controlo de multidões; ações honoríficas e de representação; relações públicas” (1989). Salvo a questão do controlo de trânsito, que é uma área não muito explorada pelas forças a cavalo da Guarda, todas as outras missões encontram eco no seu empenhamento habitual. Assim, as patrulhas a cavalo estão associadas a maiores níveis de visibilidade, segurança e confiança na polícia (Giacomantonio, et al., 2014, p. 16).

Acerca do patrulhamento a cavalo, dizia o Prof. Dr. Nuno Severiano Teixeira, MAI em 2002: “Com o objetivo de combater o sentimento de insegurança e aumentar o sentimento de proteção e dissuasão da criminalidade de rua, foi reforçada a visibilidade das forças de segurança em ações de patrulhamento, principalmente nas duas Áreas Metropolitanas. De entre essas medidas de reforço da visibilidade e da mobilidade, destacaria as seguintes: (...) O reforço, em número e extensão, dos giros de patrulhamento a cavalo, do Regimento de Cavalaria da GNR, em determinados locais de Lisboa e Porto” (Teixeira, 2002, p. 32 e 33).

d. Em ações de RMOP

Existe um princípio fundamental na Guarda para a atuação de forças a cavalo em ações RMOP que deverá ser sempre respeitado. A força a cavalo deve atuar sempre em conjunto com uma força apeada, devendo ser esta última, salvo exceções resultantes do emprego momentâneo da força, a estar em contacto direto com o adversário²².

Quanto à utilização de forças a cavalo em ações RMOP, a mobilidade é inquestionável, podendo a força a cavalo assumir rapidamente vários dispositivos de acordo com as circunstâncias e permitindo inclusive deslocamentos relativamente longos sem necessidade de recorrer a viaturas.

²² Conteúdo programático da disciplina de RMOP 2 – Forças a cavalo em ações RMOP ministrado ao CRMOP. Fonte: SFT/USHE



O grande poder de choque resulta da massa existente numa força a cavalo em deslocamento. Num exercício académico, se se considerar que um cavalo pesa em média 500 quilogramas e um cavaleiro de estatura normal cerca de 75 quilogramas, um pelotão a cavalo em linha compacta representa uma massa de 11 toneladas e meia. Esta massa e este poder são fundamentais na capacidade de contenção de potenciais distúrbios de ordem pública. Também o porte do cavalo por si só transmite uma imagem forte, potenciadora da capacidade de dissuasão da força.

A economia de meios reflete-se no efetivo empenhado na ocupação de terreno. Em virtude da sua dimensão a força a cavalo torna-se visível e ocupa muito mais terreno do que uma força apeada. Cada cavaleiro, a cavalo, ocupa sensivelmente uma superfície de 2,5m no sentido do comprimento por 1m de largura e o intervalo entre cavaleiros é normalmente de 0,5m, podendo, consoante as circunstâncias, sofrer variações. Assim um pelotão com 20 militares a uma fileira ocupa uma frente de 32 metros²³.

Também a visibilidade é um fator determinante pois, conforme afirma a *Gendarmerie Nationale* (vide ponto e. (3) do presente capítulo), 6 cavaleiros ocupam tanto espaço como cerca de 15 a 20 Guardas a pé.

A força RMOP a cavalo é útil na dissuasão, quando uma situação está iminente, na contenção, quando decorre, e na repressão, tendo subjacente uma avaliação ponderada de emprego, quando é fundamental que termine (vide Apêndice D, entrevistas n.º 1, 2 e 3).

e. Potencialidades e limitações

As potencialidades das forças a cavalo passam pela contribuição para a prevenção da criminalidade (Swindell, 2007, p. 3), pelo policiamento de proximidade, pelo aumento do sentimento de segurança que gera na população e pelo potenciar das relações comunitárias (Roth, 1998, p. 718). São também potencialidades a visibilidade do militar e a capacidade do cidadão ver esse mesmo militar durante mais tempo e maior espaço (Swindell, 2007, p. 10), o raio de patrulhamento superior ao da patrulha apeada e mais ecológico e económico que a patrulha auto (Swindell, 2007, p. 10), a capacidade de chegar a locais inacessíveis a viaturas e a empatia que causa no cidadão ao mesmo tempo que é uma demonstração de força. Também se apontam como potencialidades a capacidade de executar ações RMOP, em coordenação com forças apeadas, quer seja na contenção, dissuasão ou repressão, bem

²³ Conteúdo programático da disciplina de RMOP 2 – Forças a cavalo em ações RMOP ministrado ao CRMOP. Fonte: SFT/USHE



como o poder de choque, a velocidade, a capacidade de realizar abertura e fecho de itinerários com elevada mobilidade, sobretudo em grandes eventos tais como os espetáculos desportivos ou culturais, e a capacidade de executar eficazmente o controlo de multidões (Fine, 2001, p. 2).

Quanto às limitações que as forças a cavalo apresentam podem ser divididas em dois tipos: Limitações relacionadas com a estrutura e limitações relacionadas com a natureza dos solípedes. Nas primeiras insere-se o apoio logístico necessário, sejam instalações, viaturas específicas ou equipamento próprio (Roth, 1998, p. 718), os meios de projeção da força que resulta num tempo de prontidão mais elevado, os problemas financeiros associados à aquisição de solípedes e os custos de recuperação sanitária dos animais. Quanto às limitações fruto da natureza dos solípedes pode-se apontar a incapacidade de atuação dentro de edifícios ou locais com piso muito escorregadio, a dificuldade de patrulhar a cavalo durante os períodos de intempéries/mau tempo (Roth, 1998, p. 718), problemas associados aos resíduos que os cavalos deixam nas ruas²⁴, o limite horário de empenhamento diário ou estático muito prolongado dos cavalos, devido à necessidade de fornecimento de água e comida, e o tempo requerido de preparação da montada. Podem também ser consideradas uma limitação as reações do cavalo, pois, por mais treinado que esteja, existe sempre alguma imprevisibilidade e vulnerabilidade (Roth, 1998, p. 718).

f. Em países de referência – identificação e análise de boas práticas

Quando se identifica e analisa as boas práticas na utilização de forças a cavalo por forças policiais de referência é facilmente perceptível que se aplica a essência do processo de *benchmarking*. Por definição, o *benchmarking*, ou avaliação comparativa, é um “processo de gestão que visa avaliar de forma contínua e sistemática a conduta da empresa em comparação com os seus concorrentes e empresas de outros sectores para identificar as melhores práticas para determinada área” (Dias, s.d., p. 115).

Assim sendo serão identificadas e analisadas as boas práticas utilizadas no emprego de forças a cavalo em missões policiais pela *Guardia Civil* e pelo *Cuerpo Nacional de Policía*, de Espanha, pela *Gendarmerie Nationale*, de França, e pelo *Metropolitan Police Service* de Londres, Inglaterra.

As análises que se seguem resultam de entrevistas semiestruturadas, cujo guião se encontra em Apêndice B, realizadas junto das forças em questão e da consulta dos sítios

²⁴ Não só pelo impacto higiénico mas sobretudo pelo visual.



oficiais das mesmas. Assim, importa salientar que as entrevistas foram enviadas por correio eletrónico, ferramenta de investigação de utilização já sustentada na introdução, e a título oficial e institucional através da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (DPERI) da Guarda, refletindo, por isso, não só a visão acerca desta temática das unidades a cavalo mas também a da força a que pertencem.

(1) Na *Guardia Civil* (Espanha)

A força a cavalo da *Guardia Civil* (GC) está reunida numa única unidade montada, o esquadrão de cavalaria, com base em Madrid, pronto atuar em todo o território nacional. O esquadrão de cavalaria conta com 141 elementos, dos quais 125 são operacionais. Isto é, o esquadrão constitui entre 7 e 8% da força de reserva operacional para manutenção e restabelecimento da ordem pública. Se a comparação for feita com o efetivo total da GC (em torno de 80.000 elementos), a percentagem é apenas 0,15%.

A GC atualmente tem 134 cavalos, mas este valor é inferior ao habitual. Em média, o efetivo de solípedes é de 150 cavalos, dos quais pelo menos 80% (120) está em situação de disponibilidade operacional com um nível de saúde e ensino aceitável.

A principal missão do esquadrão de cavalaria é fazer parte do grupo de reserva e segurança (*Agrupación de Reserva y Seguridad* ou ARS) para executar, dentro das suas características específicas e capacidades, todas as missões atribuídas ao grupo. Essas missões incluem a manutenção e restabelecimento da ordem pública, a ação em caso de catástrofe ou calamidade pública ou qualquer outra missão atribuída pelo comando para apoiar as unidades territoriais.

As principais potencialidades da unidade montada são sua capacidade de penetração onde o acesso de veículos ou pedestre é, às vezes, impossível, alcançando locais necessários para observação ou proteção duma determinada área; a ausência de poluição produzida pelo seu empenhamento, naqueles territórios onde esta qualidade é essencial (reservas naturais, lugares de especial interesse turístico, prevenção contra incêndios, etc.). Acresce referir que deve ser tido em conta o grande controlo da área devido à altura do cavaleiro acima da massa de pessoas, bem como o grande efeito dissuasor produzido pela presença dum animal com o porte do cavalo.

A principal limitação das forças a cavalo, para a GC é a logística. O tempo de emprego durante um serviço de uma força a cavalo é sempre muito mais baixo do que os veículos motorizados, devido à fadiga acumulada pelo animal, a necessidade de



fornecimento de água e comida, sem esquecer a sua exposição direta às intempéries. Também o tempo de projeção do aquartelamento para uma missão é maior e é fundamental estar previsto um local de estacionamento no destino que tenha condições para os cavalos.

Quanto aos custos associados às forças a cavalo os dados não são fáceis de calcular, pois nem todos os procedimentos administrativos são geridos pela unidade. De qualquer modo, para um efetivo de 150 cavalos, as despesas podem ser calculadas com alguma margem de erro em cerca de 500.000 euros/ano em palha, feno, água e ração, trabalhadores da limpeza das cavalariças, ferração e veterinária.

À primeira vista as unidades a cavalo podem parecer excessivamente onerosas economicamente e limitadas no campo operacional. No entanto, estudando cuidadosamente as suas características únicas, são encontradas vantagens no seu empenhamento, às vezes insubstituível, com outras unidades. O comando deve ter uma noção clara de que a unidade montada é mais uma ferramenta para o desenvolvimento da manobra e conhecer as vantagens que oferece o seu uso eficiente e oportuno, evitando o emprego indiscriminado e o uso inadequado.

Assim, o futuro das unidades montadas parece ser promissor e está em crescente progressão. Na verdade, a pergunta não deve ser se eles são caros ou baratos, pois estes são conceitos meramente relativos. Certamente, se mal empregue no tempo e no modo, uma unidade montada vai ser muito cara, como qualquer trabalhador em qualquer empresa. As unidades montadas são úteis, específicas e, nalguns casos, insubstituíveis. Qualquer corpo de polícia que se preze tem que ter no seu catálogo este tipo de forças e deve também gerir de forma eficiente o empenhamento e custo dos meios à disposição do cidadão.

(2) No *Cuerpo Nacional de Policía* (Espanha)

O *Cuerpo Nacional de Policía* (CNP) tem 79.165 efetivos (dados de dezembro de 2013), sendo que as unidades de cavalaria têm, no total, 291 elementos, ou seja 0,37%.

O CNP tem normalmente 200 a 220 cavalos. Este número depende da reposição anual do efetivo animal e todos são empregues em missões operacionais.

A estrutura de cavalaria do CNP está organizada do seguinte modo: Uma Secção Operativa Central na Comissaria Geral de Segurança Cidadã composta por uma Unidade Central de Cavalaria, com um efetivo dum Grupo Operativo²⁵ (GO) e um Centro de

²⁵ Cada Grupo operativo tem dois Subgrupos Operativos e cada um destes é composto por 2 Equipas Operativas, com o mesmo efetivo duma esquadra da Guarda, 6 elementos. No total um Grupo Operativo tem 30 elementos, 2 de comando e 14 em cada subgrupo.



Adestramento Equestre Policial. Existem também três Unidades Territoriais: a Unidade Especial de Cavalaria de Madrid, a de Sevilha e a de Valência.

No que respeita a missões operacionais, as forças a cavalo do CNP atuam em todo o território nacional com funções prioritárias como o patrulhamento proactivo e a atuação reativa. As missões em concreto são: executar vigilância e controlo da malha urbana e em zonas específicas como parques, praias, arredores e zonas periféricas; executar dispositivos de segurança em grandes eventos desportivos, culturais e sociais; garantir a proteção estática e dinâmica de pessoas e bens; realizar ações de representação institucional através de demonstrações operacionais e participação em atos oficiais públicos; restabelecer a segurança cidadã em casos de graves alterações; executar ações de resgate, busca e localização de desaparecidos e de auxílio, no caso de calamidades ou catástrofes.

As potencialidades das forças a cavalo, para o CNP, residem na visibilidade operacional, transmitindo uma imagem de segurança e proximidade, na eficiência no controlo de grandes aglomerados de pessoas, no máximo rendimento operacional com recursos escassos, na capacidade de atuação e mobilidade a nível nacional e nas sinergias de atuação criadas com outras unidades.

Como limitações, o CNP indica o responder ao elevado número de solicitações operacionais com os meios atualmente disponíveis e o problema em encontrar instalações para cavalos em reforço nos núcleos urbanos.

Sendo bastante difícil de calcular, o custo das forças a cavalo do CNP rondará os 300.000 euros anuais, com um custo por cavalo de cerca de 1.200 euros.

Quanto ao futuro, em Espanha está-se a assistir a uma mudança na mobilidade das pessoas, que utilizam menos os veículos particulares e mais os deslocamentos a pé, de bicicleta ou em transportes alternativos, o que origina novos espaços abertos com mais contacto com a natureza. A chamada “pedonalização” de espaços potencia o emprego das forças a cavalo com uma grande mais-valia operacional.

Através de contactos internacionais, existe a noção de que as forças a cavalo continuam a ter o seu espaço num mundo cada vez mais tecnológico e incrementam a sua presença, inclusive em países onde haviam desaparecido.

(3) Na *Gendarmerie Nationale* (França)



A *Gendarmerie Nationale* (GN) tem um efetivo total de 100 049 elementos. O Regimento de Cavalaria da *Garde Républicaine* (GR) tem 571 elementos. Em percentagem o Regimento de Cavalaria da GR tem somente 0,58% do efetivo da GN.

As forças a cavalo da GN gravitam à volta do Regimento de Cavalaria da GR, sediado em Paris, que tem 460 cavalos. O dispositivo a cavalo é constituído por 12 postos a cavalo permanentes implementados em Paris e na região parisiense, bem como um posto na Nova Caledónia. À exceção dos dois postos parisienses (*Bois de Vincennes* e *Bois de Boulogne*) os outros postos estão integrados nos Comandos Territoriais.

Quanto a missões, as policiais representam 70% das missões realizadas pelo Regimento de Cavalaria (os restantes 30% são prestação de honras). As missões policiais são de vigilância genérica e de ordem pública, incluindo nestas os serviços de ordem e a vigilância de grandes aglomerações de pessoas.

Quanto a potencialidades das forças a cavalo a GN refere que o cavalo dá altura ao cavaleiro. Está capacitado para evoluir em meios naturais, muitas vezes inacessíveis aos veículos a motor, mas também em meio urbano, já que o seu tamanho impressiona os cidadãos. O cavalo passa uma imagem positiva que permite acalmar as multidões. Para além disso, com a mesma superfície, 6 cavaleiros ocupam tanto espaço como cerca de 15 a 20 Guardas a pé.

As limitações surgem ao nível do terreno, ou seja, para serem plenamente eficientes os cavalos precisam de espaço. No conceito de emprego, o Regimento de Cavalaria decidiu não utilizar os cavaleiros contra uma multidão hostil, pois há risco de queda para os cavalos, risco de ferir os manifestantes pouco habituados a lidar com cavalos e que não estão à espera das suas reações. O Regimento de Cavalaria trabalha muito sobre o capital de simpatia veiculado pelo cavalo e não deseja alterar essa imagem.

A GN de uma forma geral e os Comandos Territoriais em particular tomam consciência das vantagens que os cavaleiros podem dar para determinadas missões tendo o Regimento desenvolvido uma doutrina de emprego que se verifica ser pertinente e eficaz. Assim, inúmeras missões onde os cavaleiros foram utilizados passaram a ser constantes e renovadas anualmente.

No ano de 2014 o orçamento do Regimento foi 1 233 000 €, sendo 800 000 € para a compra de palha (218 000 €), feno (210 000 €), granulados (280 000 €), aveia e cevada (60 000 €). 240 000 € foram atribuídos para a compra de cavalos e o valor remanescente para despesas de veterinária, ferração, compra de material, manutenção dos edifícios e relações



públicas. A manutenção dos cavalos e das cavalaria é efetuada pelos militares do Regimento de Cavalaria.

Quanto a tendências futuras, a GN constata um aumento do número de missões atribuídas ao Regimento de Cavalaria. O desafio é conseguir um equilíbrio permitindo assegurar estas missões e continuar a trabalhar os cavalos em boas condições, tarefa que necessita de uma presença quotidiana. O segundo desafio consiste em demonstrar, diariamente, a pertinência do emprego dos cavalos num contexto económico difícil, através duma gestão muito rigorosa da disponibilidade orçamental e da pesquisa de soluções inovadoras de financiamento.

(4) No *Metropolitan Police Service* (Londres, Inglaterra)

O *Metropolitan Police Service* (MPS) de Londres, Inglaterra, tem um efetivo total de 31500 elementos, sendo que 143 pertencem ao *Mounted Branch*, ou seja 0,45% do efetivo total. O efetivo de solípedes é de 112, sendo que 86 estão a desempenhar missões operacionais.

As missões do MPS *Mounted Branch* podem ser sintetizadas nas seguintes: garantia de resposta planeada ou espontânea em Londres; execução da política comunitária de redução de criminalidade e policiamento; policiamento comunitário; patrulhamento de alta visibilidade para aumento de confiança e do sentimento de segurança; capacidade de resgate/busca e salvamento em espaços abertos/terreno agreste; capacidade de policiamento em alterações da ordem pública, incluindo uma elevada eficácia em situações de gestão de multidões; patrulhamento diário na zona de segurança governamental; patrulhamento de prevenção do terrorismo em eventos públicos, incluindo concertos, eventos desportivos e manifestações; escoltas a membros da família real em cerimónias e eventos militares; deteção de comportamentos ilícitos; contributo para a recolha de informações de futebol; recolha de informações sobre criminalidade ambiental.

As potencialidades no emprego de forças a cavalo são a execução de patrulhamento de alta visibilidade, garantindo a tranquilidade pública, com redução perceptível da criminalidade durante o tempo e espaço da patrulha. É também de referir a grande capacidade em controlo de multidões e situações de ordem pública e a garantia de apoio ao pessoal apeado em ações específicas.

A principal limitação no emprego dos cavalos é o terreno e os locais onde os cavalos não podem aceder, como seja o interior de edifícios.



O grande desafio das forças a cavalo é, segundo o *Mounted Branch*, conseguir manter a operacionalidade na situação atual pois, devido às medidas de austeridade, muitas forças policiais reduziram a capacidade das suas unidades ou encerraram-nas.

(5) O estudo da *Rand Corporation* e da Universidade de Oxford

No final de 2014 foi realizado um estudo sobre forças a cavalo no Reino Unido pela *Rand Corporation* e pela Universidade de Oxford com o título: “Criar e Quebrar Barreiras. Avaliar o valor das unidades de polícia montada no Reino Unido”. O objetivo do estudo foi analisar a utilidade do cavalo nas forças policiais do século atual.

Face à pertinência optou-se por dedicar uma seção do presente TII à análise de algumas das conclusões deste estudo. Entre estas, verificou-se que o custo económico destas unidades é considerável. Dado que a multifuncionalidade das unidades montadas é menor do que de outro tipo de unidades, estas podem revelar-se até um pouco mais caras. É por isso que, sem pôr em causa a sua existência atual e futura, a tendência é a reunião destas forças de forma centralizada, unificando o esforço logístico num número menor de aquartelamentos, mas com melhores condições.

Também se verificou, embora careça de estudos com mais profundidade, que a presença de forças a cavalo em eventos desportivos tem uma relação estatística com a diminuição de incidentes, de venda ilegal de bilhetes, de detenções e de atos de desordem.

Uma conclusão importante é a de que “Em caso específicos, onde o controlo coercivo duma multidão é necessário, a força a cavalo fornece uma capacidade única que não tem equivalência com outras ferramentas à disposição dum comandante” (Giacomantonio, et al., 2014, p. 23).

Por outro lado, são destacadas as vantagens encontradas no uso do cavalo em relação a serviços onde não havia nenhuma intervenção a cavalo. Tais vantagens são a penetração e o domínio do terreno ou a ausência de poluição e ruído em locais de cuidado ambiental.

Uma conclusão curiosa neste estudo é a proximidade com o cidadão. O estudo demonstrou a capacidade da unidade montada, muito maior do que as restantes unidades, no que os ingleses chamam de “quebrar barreiras”. Quebrar a barreira não física mas psicológica entre o cidadão e a polícia, promovendo a aproximação, o contato e a troca de opiniões ou informações valiosas. De alguma forma, algo acompanha o binómio cavaleiro-cavalo que incentiva os cidadãos a aproximarem-se e a partilharem um pouco do seu tempo com o cavaleiro.



Além disso, outro fato curioso (recorde-se que o título é "Criar e quebrar barreiras") é que os elementos das unidades apeadas de ordem pública agem com maior segurança e decisão quando estão acompanhados por uma força montada, atrás deles. Esta conclusão é muitas vezes referida pelos membros dessas unidades de reserva.

g. Síntese conclusiva

Todos os modelos de policiamento atuais têm um mesmo objetivo geral, a melhoria da qualidade do serviço policial através do conceito de proximidade, tendo como fim último a eliminação do crime. Sendo esta uma ideia utópica, fala-se realisticamente em redução da atividade criminosa e aumento do sentimento de segurança das populações.

Estes objetivos conseguem-se através da proximidade, da presença e do diálogo mas também da firmeza de atuação face a ilícitos, dentro dos princípios do estado de direito democrático. As forças a cavalo têm um papel importante no atingir deste desiderato. “A força/unidade a cavalo pode ser definida como uma unidade especial de departamentos de polícia ou instituições de segurança pública que usa cavalos para efetuar patrulhamento ou operações especiais. Por vezes o cavalo é usado como meio de transporte para facilitar o contacto entre o elemento policial e o cidadão. Nas operações especiais, o porte e a altura do cavalo potenciam a presença e a imagem de autoridade.” (Carfield, 1995, p. 371).

Reforçadas pela aplicação das práticas mais modernas e das novas tecnologias de comunicação, as patrulhas a cavalo providenciam proteção, denotam autoridade e fortalecem o envolvimento da comunidade (Fine, 2001). Também a presença duma força a cavalo em alterações de ordem pública garante ao decisor político e ao comandante uma ferramenta policial que não tem paralelo com nenhuma outra, com uma capacidade acrescida de dissuasão, contenção e até de repressão (vide Apêndice D, entrevistas n.º 1, 2 e 3).

Como potencialidades destacam-se a visibilidade, a versatilidade, a empatia com o cidadão sendo, ao mesmo tempo, uma demonstração de força, a proximidade e a visão do militar a cavalo, permitindo ao mesmo tempo que seja visto.

No âmbito das limitações estruturais, considera-se em primeiro lugar toda a logística de infraestruturas, projeção e transporte associada às forças a cavalo, que é complexa. No tocante às limitações fruto da natureza do cavalo destacam-se a impossibilidade de atuar em todo o tipo de terreno ou no interior de edifícios, a dificuldade em atuar com intempéries, a necessidade de limitar o horário de empenhamento muito prolongado, os



resíduos que os cavalos deixam e as reações do cavalo, sempre com alguma imprevisibilidade, ainda que o treino a minimize.

Quanto a forças policiais estrangeiras, a GC tem um esquadrão de cavalaria, que pertence à sua força de reserva, o ARS. Esta unidade, que desempenha as tarefas de ordem pública e segurança cidadã mas também de prestação de honras, identifica a logística complexa como principal limitação e sublinha que a força a cavalo deve ser aplicada corretamente, tornando-se assim insubstituível. A GC, que defende a concentração de forças como meio de redução de custos, antevê um futuro promissor para as forças a cavalo, dentro dum emprego correto e gestão criteriosa de dinheiros públicos.

O CNP tem quatro unidades de cavalaria, uma central e três territoriais, que executam essencialmente ações de patrulhamento e ordem pública mas também busca, resgate e localização de desaparecidos. O CNP identifica como principais potencialidades a visibilidade operacional e a eficiência no controlo de multidões. A principal limitação para o CNP é não conseguir responder a todas as solicitações, face à escassez de alguns recursos. Esta força antevê o ressurgimento, que já se verifica, de unidades a cavalo que tinham sido extintas e a criação de novas unidades, fruto da “pedonalização” da sociedade.

Em França, toda a cavalaria da GN gira à volta do Regimento de Cavalaria da GR. É uma unidade totalmente voltada para o serviço de policiamento a cavalo e honras de estado, com doutrina consolidada nesta matéria. As suas missões dividem-se em missões de vigilância genérica e de gestão de multidões. A GN não defende a utilização de cavalos contra multidões hostis, para preservação da imagem da sua unidade de cavalaria. O Regimento tem tido um aumento significativo de solicitações e de serviços temporários que passaram a regulares. Como limitações, a GN identifica o espaço necessário para tirar partido duma força a cavalo. A gestão do trabalho quotidiano, que origina um forte empenhamento, e a pertinência do emprego de forças a cavalo são desafios para o futuro. A capacidade de apurar os custos deriva do facto do Regimento ser uma unidade de dimensão considerável e totalmente vocacionada para o serviço a cavalo, realidade que não acontece nas outras forças.

O *Mounted Branch* do MPS de Londres é constituído por 143 elementos e 112 cavalos. As potencialidades da força a cavalo, segundo esta unidade, residem na execução de patrulhamento de alta visibilidade, garantindo a tranquilidade pública, com redução perceptível da criminalidade durante o tempo e espaço da patrulha e a grande capacidade em



controlo de multidões e situações de ordem pública. A principal limitação reside no terreno e um dos principais desafios é manter o nível operacional face aos cortes orçamentais.

A tabela seguinte ilustra um exercício de comparação entre as forças analisadas e a Guarda.

Tabela n.º 3 – Comparação entre forças policiais

Fonte: Autor

	<i>GNR</i>	<i>GC</i>	<i>CNP</i>	<i>GN</i>	<i>MPS</i>
<i>Efetivo total</i>	21141	80000	79165	100049	31500
<i>Efetivo afeto às Forças a Cavalo</i>	525	141	291	571	143
<i>Percentagem</i>	2,37%	0,15%	0,37%	0,58%	0,45%
<i>Efetivo de cavalos</i>	410	150	220	460	112
<i>Razão Militares/Cavalos</i>	1,28	0,94	1,32	1,24	1,27

Deste exercício pode-se concluir que a razão entre o nº de cavaleiros e cavalos é muito semelhante, exceto na GC cujo valor é mais baixo. A grande diferença está na percentagem do efetivo afeto ao serviço a cavalo, em que a Guarda se destaca das restantes forças, provavelmente por ser a única que tem uma distribuição a nível nacional e permanente.

O estudo da *Rand Corporation* e da Universidade de Oxford, intitulado “Criar e Quebrar Barreiras. Avaliar o valor das unidades de polícia montada no Reino Unido”, conclui que as forças a cavalo oferecem uma mais-valia para qualquer comandante. A flexibilidade e penetração no terreno, o domínio sobre pontos de observação ou perímetros, o poder de dissuasão, o controlo sobre as massas em ordem pública, a ausência de poluição e ruído em locais de especial cuidado ambiental, a proximidade com o cidadão e a relação das presença de forças a cavalo com a diminuição de ilícitos e de ocorrências criminais, são algumas das potencialidades identificadas.

As forças a cavalo têm um valor operacional e simbólico único, nomeadamente em ações de reposição da ordem pública, criando barreiras, e na proximidade policial, eliminando barreiras. “Representam uma presença serena ou, ao mesmo tempo, uma ameaça consistente do uso da força” (Giacomantonio, et al., 2014, p. 5)



Conclusões

O presente trabalho tem por título “*A mais-valia operacional da capacidade de forças da GNR a cavalo*”.

Para a sua realização foi utilizada uma estratégia qualitativa e descritiva, centrada na aquisição e análise de dados recolhidos a partir de documentos, entrevistas e observação. Quanto ao *design* da pesquisa foi realizado um estudo de caso em que, para além do enquadramento concetual, se faz uma descrição rigorosa e em pormenor das forças a cavalo da Guarda, das missões que desempenham, do apoio logístico necessário e dos custos associados. Analisou-se também o emprego de forças a cavalo na atividade operacional policial, no policiamento de proximidade, no patrulhamento e em ações RMOP, bem como as suas potencialidades e limitações. Procurou-se ainda recolher informação tendente a uma análise de boas-práticas, tipo *benchmarking*, acerca da utilização do cavalo por forças policiais internacionais.

O método de pesquisa utilizado foi o hipotético-dedutivo, aplicado no sentido de responder ao problema de investigação, materializado pela seguinte QC: **Será que a capacidade de forças a cavalo da Guarda Nacional Republicana se constitui efetivamente como uma mais-valia operacional?**

Sendo o OG do presente trabalho caracterizar e analisar as forças a cavalo da Guarda na atualidade, no sentido de averiguar se a capacidade das mesmas se constitui como uma mais-valia operacional, foram atingidos os seguintes OE: Analisou-se o ambiente de segurança, o sentimento de segurança e a influência que a gestão das perceções tem nesse sentimento; Definiu-se um conceito de mais-valia operacional e quais os níveis de emprego operacional em que se inserem as forças a cavalo; Caracterizaram-se em pormenor as forças a cavalo da Guarda; Analisaram-se as forças a cavalo no policiamento de proximidade, em patrulhamento e em ações RMOP e identificaram-se as suas potencialidades e limitações; Caracterizou-se ainda a utilização do cavalo em missões operacionais por forças policiais internacionais.

Portugal, em 2015, é um país considerado seguro, afirmação sustentada por diversas personalidades e resultante de diversas opiniões, estudos e pesquisas. A mesma conclusão surge da análise das entrevistas realizadas (vide Apêndice D, entrevista n.º 1, 2 e 3). No entanto existe, e será utópico pensar que alguma vez deixará de existir, uma parte da população que não sente esta segurança. Respondendo à QD1, esta realidade é influenciada pelas perceções que, quando geridas, transformam os factos em função dos ângulos



emitidos. É também fruto da percepção que o cidadão tem da ordem mundial global, complexa e incerta, e da alucinante quantidade de informação, nomeadamente da realidade criminal, acessível e sobejamente explorada pelos OCS, nem sempre segundo critérios meramente informativos, confirmando a H1. A segurança e, por inerência, o sentimento de segurança, é um direito fundamental dos cidadãos e é tarefa fundamental do estado definir e executar políticas de combate à criminalidade que promovam esse sentimento.

A presença e a visibilidade das FS, realidade reclamada pelos cidadãos e na qual as forças a cavalo têm um papel importante, assumem-se como fatores indissociáveis da segurança objetiva e subjetiva das populações e influenciam diretamente o seu sentimento de segurança. Neste âmbito, confirmando a H2 e respondendo à QD2, a mais-valia operacional das forças a cavalo resulta do valor acrescido que estas oferecem à segurança da população, materializado no resultados obtidos mas também obedecendo a critérios de economia de meios, eficiência e eficácia.

Face à sua versatilidade as forças a cavalo estão integradas nos três primeiros níveis de emprego operacional definidos pelo Comando da Guarda, que se iniciam no patrulhamento contínuo preventivo, passando pelo patrulhamento orientado e de apoio e terminando na componente musculada, treinada e equipada, para situações de alteração da ordem pública.

O atual dispositivo a cavalo da Guarda é constituído pelas subunidades a cavalo da USHE e pelas subunidades/forças a cavalo dos CTer. As forças a cavalo da Guarda dividem a sua atuação operacional em três tipos de missões: o patrulhamento, o RMOP e a prestação de honras de estado, respondendo assim à QD3 e verificando a H3. As forças da USHE executam todo o espectro destas missões e as do dispositivo territorial executam essencialmente patrulhamento. A formação do efetivo de cavalaria da Guarda, 2658 militares pertencem à arma, é dispendiosa e verifica-se que apenas 1/5 deste efetivo, 525 militares, está afeto ao serviço a cavalo. Ainda que esta abordagem seja pouco profunda, pois engloba oficiais, sargentos e guardas, é facilmente dedutível que a formação pode ser muito mais potenciada, formando menos, formando melhor e mantendo esse efetivo nas funções do serviço a cavalo por mais tempo.

Os atuais modelos de policiamento têm o mesmo objetivo, a melhoria da qualidade do serviço policial através do conceito de proximidade, tendo como fim a eliminação do crime, ou mais realisticamente, a redução da atividade criminosa e aumento do sentimento de segurança das populações.



O policiamento de proximidade, apesar de ser um conceito bastante divulgado e explorado, não é a solução para todos os problemas de segurança. É sim parte da solução, que deve ser implementada sempre, onde, quando e como for possível. O equilíbrio entre o policiamento preventivo e de proximidade e o repressivo face à criminalidade é o grande desafio policial de hoje em dia. A versatilidade das forças a cavalo permite conjugar essa visibilidade, com a segurança e a confiança na força policial.

Em resposta à QD4, pode-se afirmar que o patrulhamento a cavalo, preventivo, de proximidade e de visibilidade, referido na H5, tira partido das características do cavalo como a imponência e o porte, reduzindo os índices de criminalidade, fortalecendo o sentimento de segurança da população através dum contacto proactivo e da quebra da barreira psicológica na relação autoridade/cidadão.

Já em ações de RMOP, a força a cavalo tira partido de potencialidades como a mobilidade, o poder de choque referido na H5, o forte efeito psicológico e a economia de meios. Face a uma multidão pacífica, a altura a que está o cavaleiro, a flexibilidade e a empatia que causa no cidadão, ao mesmo tempo que é uma demonstração de força são fatores positivos a ter em conta. Face a uma multidão hostil, para além das potencialidades referidas, a força a cavalo transmite uma maior segurança à força apeada, sendo de destacar também a sua velocidade e visibilidade. Portanto, a força RMOP a cavalo é útil na dissuasão, quando uma situação está iminente, na contenção, quando decorre, e na repressão, quando é fundamental que termine.

Ainda no âmbito da resposta à QD5, as limitações das forças a cavalo residem na logística pesada que envolvem, na necessidade de meios de projeção específicos e na gestão criteriosa em tempos de contenção orçamental. Também a imprevisibilidade das reações do cavalo, embora minimizada pelo treino, a incapacidade de atuar dentro da maioria dos edifícios, a dificuldade de executar missões estáticas muito prolongadas e de patrulhar durante períodos de intempéries/mau tempo constituem limitações a ter em conta.

As forças a cavalo conseguem conjugar a proximidade com o cidadão e a empatia, com a força e a determinação na resolução duma alteração da ordem pública, respondendo assim resumidamente à QD4. Um qualquer elemento policial pode até criar bastante empatia, mas nenhum cidadão parará para admirar o seu carro patrulha ou motociclo nem as suas crianças pedem para se aproximar e interagir com estes.

A Guarda como força de segurança de natureza militar, desde a sua génese, mantém inalterável a sua missão de garantir a segurança e a ordem pública, onde o emprego do



cavalo, nas áreas da segurança, do RMOP e da prestação de honras de estado, se tem mostrado, de forma inequívoca, como um meio para garantir a defesa da Grei. Passou assim este corpo especial de tropas, com natural legitimidade, a ser o fiel depositário das nobres tradições da cavalaria a cavalo, na sua dupla característica de força militar e de segurança.

Em síntese, é fundamental que Portugal continue a dispor de forças a cavalo com as características suprarreferidas neste TII. Forças eficazes, profissionais e firmes no patrulhamento policial de proximidade e em cumprimento da lei, potentes, imponentes e dissuasoras nas ações RMOP e brilhantes, harmoniosas e espetaculares na prestação de honras de estado.

Respondendo à QC deste TII: As forças a cavalo da Guarda constituem uma inegável mais-valia operacional, não só na redução da criminalidade, mas também no aumento do sentimento de segurança da população, na proximidade com o cidadão, na salvaguarda dos seus direitos, liberdades e garantias e na projeção da imagem da Guarda. Estas forças permitem também aliar uma postura mais próxima a uma demonstração de força. A mais-valia das forças a cavalo da Guarda é exatamente a sua capacidade operacional.

a. Tendências futuras

Quanto ao futuro das forças a cavalo, verificando a H6 e respondendo à QD6, como refere a GC, qualquer corpo de polícia que se preze tem que ter no seu catálogo este tipo de valência, que deverá ser empregue de forma eficiente e oportuna, evitando o emprego indiscriminado e o uso inadequado. Já segundo o CNP, as solicitações às unidades montadas crescem exponencialmente e os países que as extinguiram estão a repensar esta opção. A GN refere que, em termos funcionais, as forças a cavalo têm demonstrado, todos os dias, a pertinência do emprego dos cavalos num contexto económico difícil, também referido pelo MPS, através duma gestão criteriosa mantendo a capacidade de inovação no seu emprego.

Na Guarda, as forças a cavalo constituem uma competência distintiva e são imagem de marca da Instituição. A sua promoção, manutenção e o seu cada vez melhor emprego devem ser objetivos estratégicos para que se torne uma vantagem competitiva, visto que também é o último reduto do emprego operacional de cavalos em Portugal. Assim, é urgente repensar o dispositivo territorial no sentido de atingir dois grandes objetivos: servir



melhor o cidadão, atingindo a excelência na qualidade do serviço policial, e colocar as forças a cavalo prontas para ser empenhadas onde for necessário.

De igual modo a estrutura operacional RMOP deverá ser consolidada num modelo diferente do atual, mantendo o escalão esquadrão para a força RMOP à disposição do Comandante-Geral da Guarda. Deverá também haver uma continuação e um crescente aperfeiçoamento da formação RMOP, com observação de boas-práticas *in loco* (em formação ou em situações reais) nos países de forças policiais de referência nesta matéria. As honras de estado deverão manter a sua função honorífica e de projeção da imagem do país e da Guarda, num empenhamento de forças equilibrado.

b. Propostas

Face às conclusões do presente estudo propõe-se:

Uma reorganização da USHE no sentido de constituir um Esquadrão RMOP permanente, que continuaria a assegurar as outras duas missões operacionais, patrulhamento e prestação de honras de estado, mas que se assumisse como a subunidade de excelência para a intervenção de forças a cavalo.

Que o patrulhamento a cavalo reorganizado tendo em linha de conta as atuais características geográficas, demográficas e sociais, quer nas áreas mais urbanas quer nas áreas mais rurais. Que os militares afetos ao patrulhamento a cavalo e os cavalos do dispositivo territorial fiquem na sua totalidade integrados na estrutura orgânica dos destacamentos de intervenção dos CTer, equipados com meios de projeção que permita ao comandante territorial balancear a sua componente de cavalaria para onde for necessário. Neste âmbito deveria haver uma infraestrutura por comando territorial com dimensão, equipamento adequado e viaturas para instalar as esquadras, podendo uma força a cavalo de maior dimensão ser empenhada em comandos adjacentes, numa lógica de concentração.

No âmbito da projeção seria importante dotar a Guarda de instalações amovíveis (boxes) para cavalos, permitindo instalar uma força em qualquer ponto do território, pelo tempo necessário.

Uma nova abordagem à formação do efetivo de cavalaria, formando menos militares, formando melhor e mantendo o efetivo nas funções mais tempo. Naturalmente que o serviço terá que se mostrar apelativo para que um militar decida nele permanecer.



Bibliografia

- Anon., 2010. *Oficina da História*. [Em linha] Disponível em: <http://oficinadahistoriad.blogspot.pt/2010/04/o-general-humberto-delgado-eleicoes-de.html> [Acedido em 3 abril 2015].
- Assembleia da República, 2007. *Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro)*. Lisboa: Diário da República - INCM.
- Associação FIEP, 2015. *Site da Associação FIEP*. [Em linha] Disponível em: <http://www.fiep.org/> [Acedido em 25 março 2015].
- Branco, C. M. G., 2010. *Operacional.pt*. [Em linha] Disponível em: <http://www.operacional.pt/a-nova-organica-da-gnr/> [Acedido em 5 abril 2015].
- Burns, E., 2010. *Developing Email Interview Practices in Qualitative Research*, UK: University of Surrey.
- Câmara Municipal de Lisboa, s.d. *CMLisboa*. [Em linha] Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/seguranca/policia-municipal> [Acedido em 26 março 2015].
- Carfield, W., 1995. Mounted Patrol. In: W. G. Bailey, ed. *Encyclopedia of Police Science*. New York: Garland Press, pp. 371-373.
- Chevènement, J.-P., 1998. *Conferência Internacional Policiamento de Proximidade*. Lisboa, Ministério da Administração Interna.
- Coelho, J., 1998. *Conferência Internacional Policiamento de Proximidade*. Lisboa, Ministério da Administração Interna.
- Cuerpo Nacional de Policía, 2015. *A mais-valia operacional da capacidade de forças da GNR a cavalo* [Entrevista] (13 março 2015).
- Dias, Á. L., s.d. *Livro de Apoio da Unidade Curricular de Gestão Estratégica do CPOS/GNR*. Lisboa: s.n.
- Doeren, S. E., 1989. Mounted Patrol Programs in Law Enforcement. *Police Studies: The International Review of Police Development*, pp. 10-17.
- Durão, S., 2010. *I Jornadas de Segurança Interna*. Lisboa, Europress.
- ESEGUR S.A. e PremiValor Consulting, 2014. *Barómetro da Segurança, Proteção de Dados e Privacidade em Portugal*. Lisboa: s.n.
- Ferreira, P. R., 2015. *A mais-valia operacional da capacidade de forças da GNR a cavalo* [Entrevista] (19 março 2015).



- Fine, J. C., 2001. Police on Horseback - a New Concept for an Old Idea. *FBI Law Enforcement Bulletin*, julho, pp. 6-7.
- Gendarmerie Nationale, 2015. *A mais-valia operacional da capacidade de forças da GNR a cavalo* [Entrevista] (12 março 2015).
- Giacomantonio, C., Bradford, B., Davies, M. & Martin, R., 2014. *Making and Breaking Barriers. Assessing the value of mounted police units in the UK: Summary Report*, Londres: RAND Corporation.
- GNR, 1996. *Manual de Operações Vol. I*. Lisboa(Lisboa): CEGRAF/GNR.
- GNR, 1997. *Manual de Operações Vol. II*. Lisboa(Lisboa): CEGRAF/GNR.
- GNR, 2009. *Despacho do Comandante-Geral n.º 59-09/OG*. Lisboa: s.n.
- GNR, 2010. *Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana (Despacho n.º 10393/2010)*. Lisboa: Diário da República - INCM.
- GNR, 2014. *Regulamento da Atividade Equestre da GNR*. Lisboa(Lisboa): s.n.
- GNR, 2015. *Site da Guarda Nacional Republicana*. [Em linha] Disponível em: <http://www.gnr.pt/> [Acedido em 25 março 2015].
- Gomes, C. S., 2015. *A mais-valia operacional da capacidade de forças da GNR a cavalo* [Entrevista] (31 março 2015).
- Gomes, P. V., s.d. Modelos de Policiamento. In: *Modelos de Policiamento*. Lisboa: Polícia Portuguesa, pp. 1-4.
- Guardia Civil, 2015. *A mais-valia operacional da capacidade de forças da GNR a cavalo* [Entrevista] (8 março 2015).
- Hoogenboom, B., 2011. Policing de Gap: The growing Importance og Gendarmerie Forces in Creating National and International Stability. In: J. H. G. v. Elk, ed. *Gendarmeries and the security challenges of the 21st century*. Haia: Koninklijke Marechaussee, pp. 97-117.
- IESM, 2014. *a. NEP ACA - 010 Trabalhos de Investigação*. Pedrouços: IESM.
- IESM, 2014. *b. NEP ACA - 018 Regras de apresentação e referenciação para trabalhos escritos a realizar no IESM*. Pedrouços: IESM.
- IESM, 2014. *c. Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IESM.
- Lima, P. C., 2015. *A mais-valia operacional da capacidade de forças da GNR a cavalo* [Entrevista] (2 abril 2015).
- Lourenço, N., 1998. *Conferência Internacional Policiamento de Proximidade*. Lisboa, Ministério da Administração Interna.



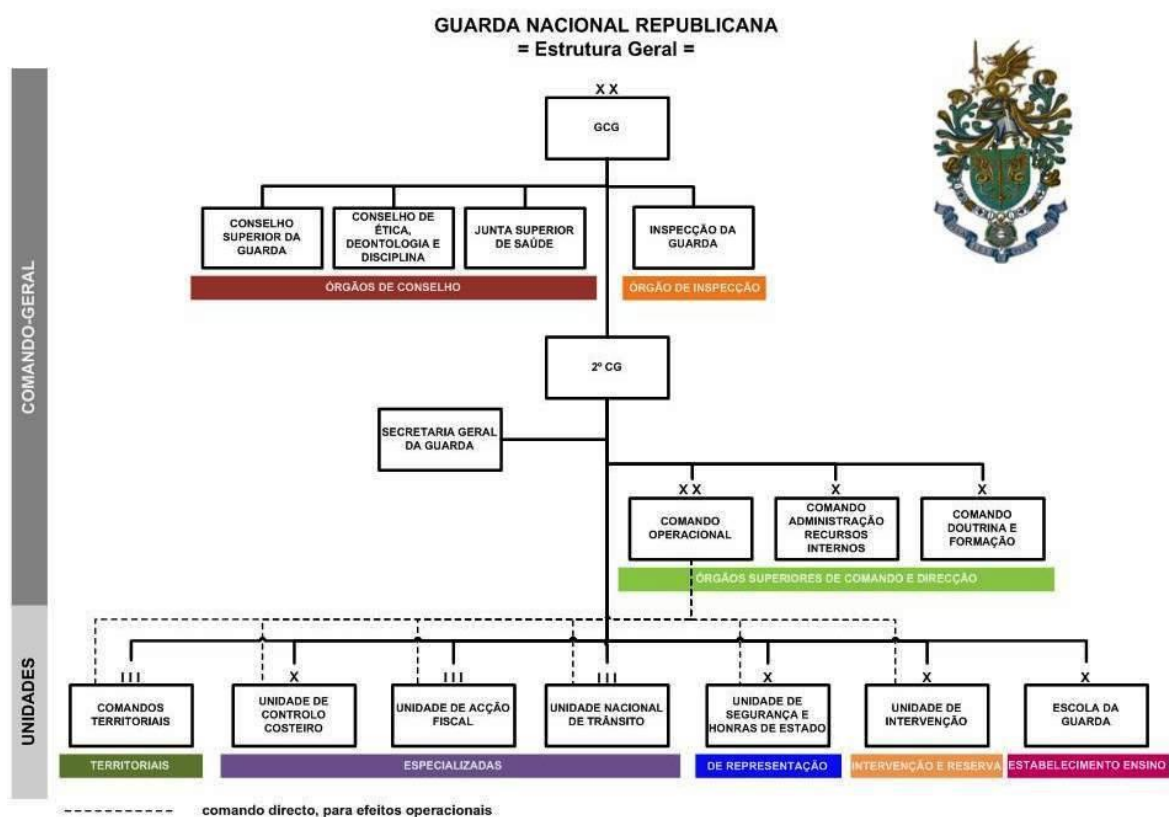
- Lourenço, N., 2013. *Sociedade Global, Segurança e Criminalidade - Documentos para o ensino*. Lisboa: FD-UNL.
- Machado, P., 1998. *Conferência Internacional Policiamento de Proximidade*. Lisboa, Ministério da Administração Interna.
- Mandel, E., 2004. *Marx's Theory of Surplus Value*. [Em linha] Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/mandel/19xx/marx/ch07.htm>[Acedido em 25 março 2015].
- Meho, L. I., 2006. E-Mail Interviewing in Qualitative Research: A Methodological Discussion. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 25 maio, pp. 1284-1295.
- Mendes, B., 2011. *O Último Regimento a Cavalo em Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Peres-Soctip, Indústrias Gráficas, SA.
- Metropolitan Police Service, 2015. *A mais-valia operacional da capacidade de forças da GNR a cavalo* [Entrevista] (2 abril 2015).
- Miguel, L. B., 2015. *A mais-valia operacional da capacidade de forças da GNR a cavalo* [Entrevista] (2 abril 2015).
- Oliveira, J. F. d., 2006. *As políticas de segurança e os modelos de policiamento - A emergência do policiamento de proximidade*. 1ª ed. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, J. F. d., 2011. *Sistemas de segurança e modelos de policiamento*. Lisboa: s.n.
- Oliveira, J. F. d., s.d. Os Modelos de Polícia, face à emergência das Políticas Públicas de Segurança. In: *Modelos de Policiamento*. Lisboa: Polícia Portuguesa, pp. 15-24.
- Paulino, N. S., 2015. *A mais-valia operacional da capacidade de forças da GNR a cavalo* [Entrevista] (30 março 2015).
- Pereira, F. O., 2015. *A mais-valia operacional da capacidade de forças da GNR a cavalo* [Entrevista] (12 março 2015).
- Redação TVI24, 2015. *TVI24*. [Em linha] Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/anabela-rodrigues/portugal-e-dos-paises-mais-seguros-do-mundo>[Acedido em 30 março 2015].
- Rodrigues, L. A. F., 1949. *A Guarda Real de Polícia - Origens da Guarda Nacional Republicana: I Parte*. 1ª ed. Lisboa: Tipografia GNR.
- Roth, M., 1998. Mounted Police Forces: a comparative history. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, pp. 707-719.



- Santos, A. R. d., 1999. *O Estado e a Ordem Pública - As Instituições Militares Portuguesas*. 1ª ed. Lisboa: ISCSP.
- Santos, J. L. d., 2014. Política e Estratégia. In: L. M. Barroso & L. F. Escorrega, edits. *Estudos de Homenagem Abel Cabral Couto*. Lisboa: IESM, pp. 109-114.
- Santos, J. L. d., 2014. *Reflexões sobre Estratégia VII: Tempos de crise*. 1ª ed. Lisboa: Diário de Bordo.
- Silva, E., 2014. *Cavaco apresenta Portugal como um país seguro, estável e pacífico*. [Em linha] Disponível em: <http://www.sol.pt/noticia/119319>[Acedido em 30 março 2015].
- Sistema de Segurança Interna, 2014. *Relatório Anual de Segurança Interna 2013*, Lisboa: SSI.
- Swindell, S., 2007. Policing on bicycles and horses. *Telemasp Bulletin*, novembro/dezembro, pp. 1-11.
- Teixeira, N. S., 2002. Criminalidade, Violência e Política de Segurança Interna. In: *Contributos para a Política de Segurança Interna*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, p. 117.
- Viegas, J. S., 1998. *Conferência Internacional Policiamento de Proximidade*. Lisboa, Ministério da Administração Interna.
- WebFinance, Inc., s.d. *Business Dictionary*, s.l.: WebFinance.
- World Economic Forum, 2014. *The Global Competitiveness Report 2014/2015*, Genebra: World Economic Forum.



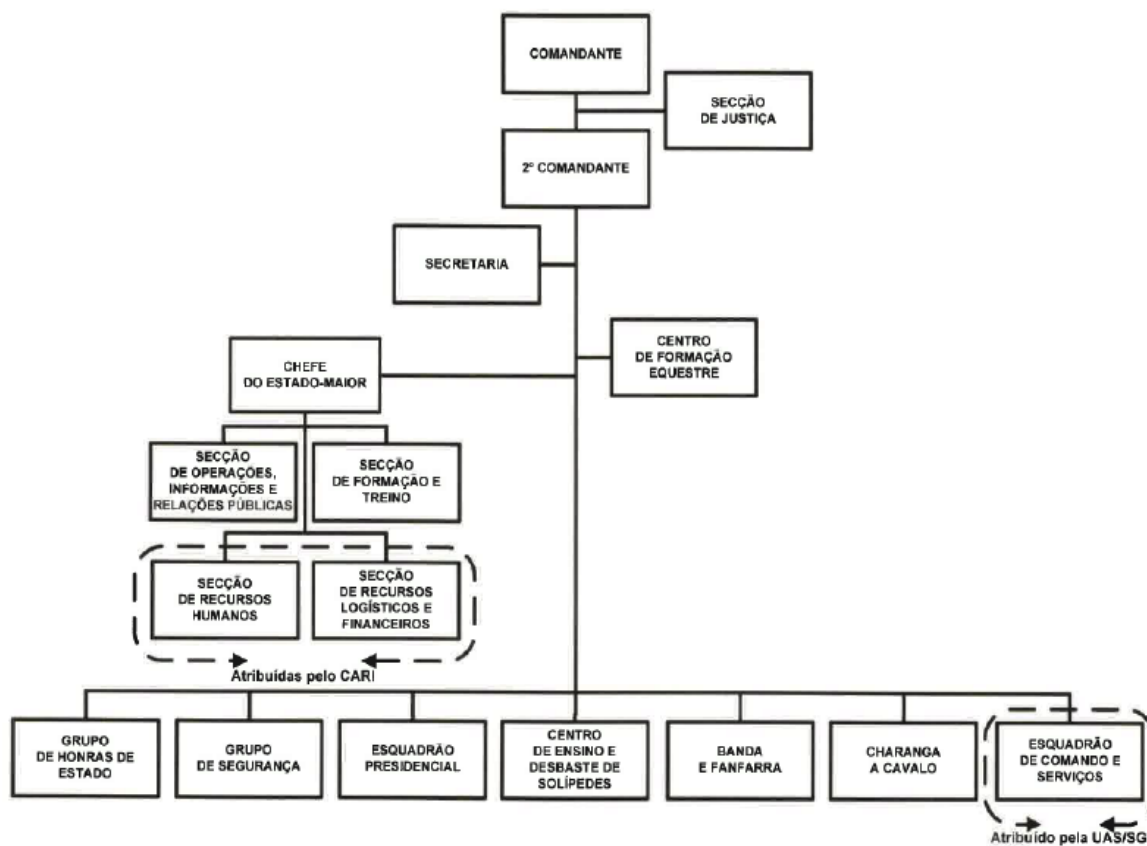
Anexo A – Organograma da Guarda Nacional Republicana



Fonte: (Branco, 2010)



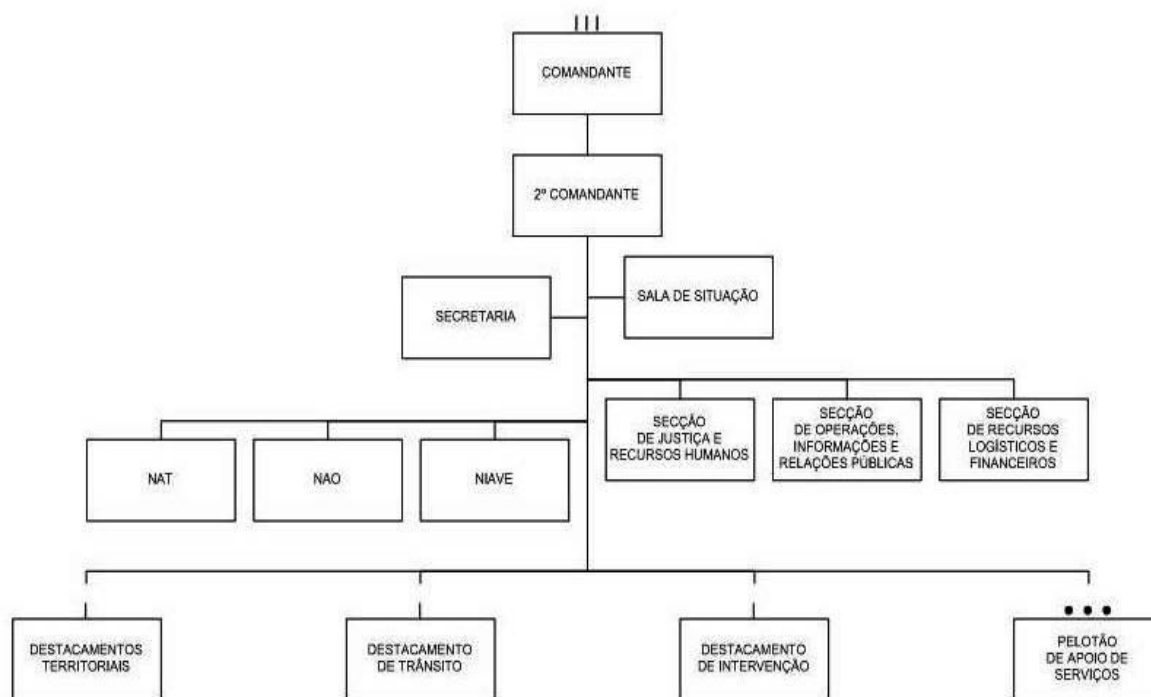
Anexo B – Organograma da Unidade de Segurança e Honras de Estado



Fonte: (GNR, 2009)



Anexo C – Organograma de Comando Territorial



Fonte: (Branco, 2010)



Apêndice A – Síntese histórica das forças a cavalo da Guarda

Mais do que uma forma de prestar uma determinada função militar, à cavalaria sempre esteve associada, desde a Antiguidade, a ideia de uma ordem espiritual que assim a distinguia das restantes exigências da arte militar. É também comumente aceite que a cavalaria está, desde sempre, associada à História de Portugal.

No entanto, e apesar de configurar um estudo muito interessante, por não ser esse o foco principal deste TII far-se-ão apenas referência a factos que ilustram bem as origens e o passado do serviço policial executado por forças a cavalo na Guarda e nas forças suas antecessoras.

Para encontrarmos as origens da cavalaria da (s) Guarda (s) em Portugal temos que recuar ao princípio do século XIX, a 1801, com a organização de uma força policial que se decretou designar por Guarda Real de Polícia (GRP). Assim, no Decreto Régio de 10 de Dezembro de 1801, o Príncipe-Regente D. João, futuro Rei D. João VI, determina: “*Sendo muito conveniente, não só para a segurança e tranquilidade da cidade de Lisboa, Capital dos meus vastos domínios, mas para que na mesma, a ordem da polícia receba zona vasta consolidação, que à imitação das outras grandes capitais se estabeleça um Corpo permanente, o qual vigie na conservação da ordem e tranquilidade pública, que obedeça, no que toca à disciplina militar, ao General das Armas da Província, e no que toca ao exercício das suas funções, ao Intendente Geral da Polícia: Hei por bem criar uma Guarda Real da Polícia de Lisboa de pé e de cavalo, para vigiar na cidade de Lisboa, (...).*

Palácio de Queluz, em 10 de Dezembro de 1801. — Com a rubrica do Príncipe Regente.” (Rodrigues, 1949, p. 18).

O número X do mesmo decreto rezava assim: “*A Cavalaria dará todos os dias três patrulhas por Companhia, comandadas por oficiais inferiores. Uma delas andarà de dia nas ruas que lhe forem designadas, sempre a passo, com a espada na mão, para prevenir as desordens, dissipar os ajuntamentos inúteis, remediar aos embaraços causados pelas carruagens nas ruas estreitas e travessas: enfim vigiar sobre tudo o que respeita à boa ordem e à segurança pública. (...)*” (Oliveira, s.d., p. 20).

D. Pedro IV, após a vitória na guerra civil (1828-1834) que o opôs ao seu irmão D. Miguel, em 3 de Julho do ano de 1834, extinguiu a GRP, substituindo-a pela Guarda Municipal de Lisboa (GML), de modo a por fim à criminalidade que se instalava por toda a capital, principalmente contra os vencidos: “*A situação no começo deste ano (1834) era*



confusa e pouco brilhante. (...) A pretexto de vinganças políticas contra os vencidos de ontem. Lisboa era teatro de crimes e extorsões inadmissíveis.” (Rodrigues, 1949, p. 46)

Um ano após a criação da GML foi criada a Guarda Municipal do Porto (GMP), ficando os outros concelhos do país autorizados a criar uma força municipal de segurança de efetivo condicionado pela dimensão do concelho (Santos, 1999, pp. 134-136).

Com a implantação da república, e após a efémera Guarda Republicana, em 3 de maio de 1911, é constituída a atual Guarda Nacional Republicana, dela fazendo parte dois grupos de esquadrões de cavalaria em Lisboa.

Em 5 de abril de 1922, pela junção dos grupos de esquadrões, é criado o Regimento de Cavalaria (RC) da Guarda. Este Regimento foi sofrendo alterações pontuais, das quais se destaca a motorização do 2º Esquadrão na década de 40, acompanhando essa mesma realidade no Exército, e a extinção do 1º Esquadrão, aquartelado no Quartel do Carmo, em 1972²⁶. No restante manteve-se o 3º Esquadrão em Braço de Prata e o 4º Esquadrão na Ajuda, até à extinção do RC, em 31 de dezembro de 2008. Com a criação da USHE, em 1 de janeiro de 2009, os esquadrões mantiveram a sua designação e localização.

Para ilustrar o emprego das forças a cavalo em ações policiais, destacam-se os seguintes eventos: A 31 de maio de 1926, tendo terminado a legislatura, encerram-se os trabalhos parlamentares e decreta-se o encerramento do Parlamento por decisão revolucionária do governo recém-empossado do comandante Mendes Cabeçadas. Transmitida esta ordem à Guarda, foi enviado um esquadrão de cavalaria para garantir esse encerramento e dispersar os ajuntamentos no largo das Cortes (Santos, 1999, p. 252).

Em 1942, por ocasião dum movimento grevista, na avenida 24 de julho, em Lisboa, registaram-se manifestações de “mulheres e operários” à saída das oficinas da Companhia União Fabril (CUF), levando a cavalaria da Guarda a carregar. “Isso e algumas espadeiradas foram suficientes para também aí liquidar o incidente e evitar um alastramento de efervescência”. Também se atuou contra os operários grevistas da fábrica de cortiça com “alguns empurrões e sacudidelas nos mais renitentes” [Rosas, 1990 citado por (Santos, 1999, p. 287)].

Também a campanha eleitoral para a Presidência da República de 1958 foi palco de diversas ações de dissuasão, intimidação e repressão para restabelecimento da ordem pública por parte da cavalaria da Guarda, face às multidões entusiasmadas pelo discurso do

²⁶ Mais concretamente “Às 14 horas em ponto do dia 10 de Janeiro de 1972, os dois Pelotões de cavalos pretos, devidamente comandados, saíram da Parada, subindo a rampa que conduz ao Largo do Carmo, deslocando-se em seguida para os Esquadrões previamente determinados” (Mendes, 2011, p. 97).



“general sem medo” (Santos, 1999, pp. 295-296). Na figura seguinte o comandante da força a cavalo manda a comitiva do General Humberto Delgado desviar do trajeto inicialmente previsto, em Lisboa, no dia 16 de maio de 1958.



Figura nº 2 – A Guarda a cavalo no controlo de multidões em 16/05/1958

Fonte: (Anon., 2010)



Apêndice B – Guião das perguntas enviadas às forças policiais internacionais

O documento que serve de exemplo foi o enviado à *Gendarmerie Nationale* francesa.

1. Qual é o efetivo global da *Gendarmerie Nationale* e qual é o efetivo diretamente afeto às forças a cavalo?
2. Quantos cavalos tem a *Gendarmerie Nationale* e quantos executam missões operacionais?
3. Como estão organizadas as forças a cavalo da *Gendarmerie Nationale* (da Guarda Republicana e da *Gendarmerie Departamental*)?
4. Quais as missões operacionais que executam as forças a cavalo na *Gendarmerie Nationale*?
5. Quais são as principais potencialidades do emprego operacional de forças a cavalo?
6. Quais são as principais limitações no emprego operacional das forças a cavalo?
7. Segundo julgo saber a *Gendarmerie Nationale* voltou a apostar recentemente nas forças a cavalo na *Gendarmerie Departamental*. Que razões ou estudos serviram de base a esta aposta?
8. Como é o processo de aquisição/compra de cavalos da *Gendarmerie Nationale*?
9. Quais são os custos anuais (ano de 2014) diretamente relacionados com os cavalos na *Gendarmerie Nationale*? (ração, palha, limpeza das cavalariças ou instalações, ferração e veterinária)
10. Quais são os desafios e tendências futuras que se apresentam no emprego de forças a cavalo em missões policiais?

Muito obrigado.

Major Diogo Soares

Guarda Nacional Republicana



Apêndice C – Aquisição de cavalos nas forças policiais internacionais

1. Na *Guardia Civil* (Espanha)

A *Guardia Civil* adquire a maioria de seus cavalos (quase 90%) através de um acordo assinado com o Ministério da Defesa, especificamente com o organismo autónomo de criação de cavalos (historicamente conhecido como Eguada Militar). Este organismo fornece a *Guardia Civil*, a polícia nacional e o exército. Os outros 10% do efetivo de solípedes são comprados a criadores particulares, são resultado de doações privadas sem custos para a *Guardia Civil* ou surgem de apreensões por ordem judicial após a detenção de elementos dedicados ao tráfico de droga e branqueamento de capitais, havendo a imprescindível autorização do Tribunal para uso no serviço operacional.

2. No *Cuerpo Nacional de Policía* (Espanha)

Os cavalos do *Cuerpo Nacional de Policía*, tal como os da *Guardia Civil*, são adquiridos através dum protocolo assinado entre o Ministério do Interior e o Ministério da Defesa, em que este último fornece os cavalos necessários às forças policiais para executarem as missões de segurança pública.

3. Na *Gendarmerie Nationale* (França)

No Regimento de Cavalaria da *Garde Républicaine* da *Gendarmerie Nationale* os cavalos passam à reforma entre os 16 e 18 anos (ou mais cedo para os cavalos que tenham desenvolvido algumas patologias tornando-os inaptos para o serviço). De facto, o Regimento de Cavalaria dispensa por ano cerca de 40 cavalos, precisando assim de comprar em igual número. O número de 460 cavalos foi calculado com base no efetivo necessário para assegurar o desfile do 14 de julho (240 cavalos), assegurando na mesma as missões do quotidiano.

O Regimento de Cavalaria contacta no início de cada ano sindicatos de criadores, os quais vão organizar um encontro de criadores. Os critérios de seleção são : cavalos com idade inferior a 3 anos, não desbastados, com 1,65 m ao garrote, de pelagem lazá, baia, castanha e ruça.

Uma comissão de remonta constituída pelo Coronel Comandante do Regimento de Cavalaria, por um veterinário, por uma pessoa responsável pelo desbaste e por um Sargento da secção de remonta, desloca-se e seleciona um determinado número de cavalos.



Os cavalos selecionados são levados para a clínica veterinária do Regimento de Cavalaria, em grupos de 6, e são submetidos a uma série de testes médicos bem como raios-x aos membros. Os cavalos aceites são levados para o centro de instrução (a venda está definitivamente concluída) e os outros são devolvidos ao proprietário. Isto representa cerca de 200 cavalos que passam pela clínica veterinária para uma seleção final de 40.

4. No *Metropolitan Police Service* de Londres (Inglaterra)

A aquisição dos cavalos é feita de diversas formas, principalmente através da compra a criadores particulares que entrem em contato com a polícia ou na pesquisa de *sites* de venda de cavalos e revistas ou anúncios da especialidade.

Ao analisar um cavalo para aquisição são consideradas as seguintes características: ter um temperamento excecional; ter uma altura ao garrote de 1,63m a 1,78m; ser um cavalo castrado ou égua; ter uma cor sólida (cinzento, baio, preto ou castanho); ser de raça irlandesa ou cruzado puro-sangue; ter uma condição saudável, boa presença, ser obediente e adequado para treinar; apresentar um temperamento constante; ter capacidade para carregar peso; apresentar uma boa forma e proporção física e ser facilmente montado por diversos cavaleiros no treino.



Apêndice D – Súmula das entrevistas realizadas

Entrevista n.º 1	
Questões formuladas	General José Alberto Loureiro dos Santos (Ex Ministro da Defesa Nacional e CEME)
Como caracteriza o atual ambiente de segurança em Portugal?	Portugal talvez seja um dos países mais seguros da EU. Dizer que um país é seguro ou não é seguro é uma questão muito incerta, pois em qualquer país, incluindo Portugal, há a probabilidade de acontecerem fenómenos, no âmbito da criminalidade ou do terrorismo, que o tornam inseguro. O espaço Schengen, sem controlo de fronteiras internas, que permite a livre circulação de pessoas também potencia esta sensação de que algo pode acontecer. Essa insegurança relativa também surge porque Portugal protege-se pouco contra estes fenómenos. Depois do atentado terrorista <i>Charlie Hebdo</i> a França colocou as FA a defender pontos sensíveis, é um exemplo de medida suplementar de segurança. Portanto face às ameaças atuais, a perceção dos cidadãos é que há segurança, na opinião de alguém mais atento, como eu, deveriam ser implementadas medidas suplementares.
Parte da população portuguesa sente-se pouco segura apesar dos indicadores de criminalidade serem na generalidade baixos. Quais as razões subjacentes a este facto?	Penso que as pessoas sentem a realidade daquilo que se passa à sua volta. Se uma pessoa morar perto ou num bairro problemático é natural que tenha um sentimento de segurança mais baixo. No entanto, a situação é também reflexo daquilo que se passa no exterior aumentando a preocupação das pessoas. Os OCS têm também responsabilidades nesta matéria, sendo alguns deles, os mais populares, claramente alarmistas, impressionando a população.
Como é que a gestão das perceções influencia o sentimento de segurança da população?	A questão das perceções tem uma importância enorme, para sossegar a população, tendo as FS, por vezes, que contrariar o efeito provocado pelos OCS.
As FS devem apostar num patrulhamento preventivo de visibilidade?	Certamente. Especialmente nestas circunstâncias, em que há uma preocupação dos cidadãos, seja devido a situações reais ou somente perceções, a presença policial tem um efeito importantíssimo no aumento do sentimento de segurança.
As forças a cavalo têm um poder dissuasor bastante grande. Numa situação de alteração da ordem pública será legítimo afirmar que este tipo de forças é útil em múltiplos cenários como a dissuasão, a contenção e a repressão?	Julgo que as forças a cavalo devem ser principalmente empenhadas para efeitos de dissuasão e contenção. Na repressão é mais complexo, deve ser feito com muita ponderação, mas pode ser necessário. Nestas situações as forças a cavalo devem estar sempre junto de forças a pé. Como o confronto deve ser evitado até ao limite a força a cavalo tem um papel importante na dissuasão e na contenção. Na repressão deverá ser bem ponderado.
É importante para o Estado ter ao seu dispor uma força a cavalo preparada e equipada para atuar em situações de alteração da ordem pública?	Claro que sim. Tem que haver uma força preparada para estes cenários. E penso também que deve haver uma força mais pequena de prevenção para atuar no mais curto tempo possível.
Considera a capacidade de forças a cavalo como uma mais-valia operacional?	Claro que é uma importante mais-valia operacional, que se recomenda que se mantenha e que se empregue cada vez melhor.

Entrevista n.º 2	
Questões formuladas	Superintendente-Chefe Francisco Oliveira Pereira (Ex Diretor Nacional da PSP)
Como caracteriza o atual ambiente de segurança em Portugal?	Considero que Portugal é um país seguro e que existe um sentimento de segurança na generalidade dos portugueses. O povo português sente-se seguro, a criminalidade existe mas está



	controlada e bem abaixo da média da União Europeia.
Parte da população portuguesa sente-se pouco segura apesar dos indicadores de criminalidade serem na generalidade baixos. Quais as razões subjacentes a este facto?	As pessoas são influenciadas pelos OCS, que relatam casos pontuais como da generalidade se tratasse, influenciando negativamente o sentimento de segurança. Quando era Diretor Nacional da PSP propus à tutela realizarem-se campanhas de valorização do papel das FS, como existem em França, por exemplo. O sentimento de segurança também se constrói com imagem e marketing.
Como é que a gestão das perceções influencia o sentimento de segurança da população?	Como referi, os OCS noticiam casos particulares e esses casos, por vezes exagerados, influenciam a perceção das pessoas, de modo a distorcer a realidade.
As FS devem apostar num patrulhamento preventivo de visibilidade?	Sem dúvida. Primeiro preventivo e de visibilidade e depois reativo, onde as unidades a cavalo também têm um papel importante. Atenção que é preciso ter o efetivo empenhado na parte operacional, e não noutras tarefas, para conseguir esse patrulhamento de visibilidade.
As forças a cavalo têm um poder dissuasor bastante grande. Numa situação de alteração da ordem pública será legítimo afirmar que este tipo de forças é útil em múltiplos cenários como a dissuasão, a contenção e a repressão?	Prefiro ver os cavalos em ações de patrulhamento puro e preventivo ou em grandes aglomerações de pessoas. No caso de alterações da ordem pública, a minha resposta é sim, considero os cavalos um valor acrescido, mas, depende da situação e das circunstâncias. Respondendo concretamente, admito que a presença de forças a cavalo cause algum efeito dissuasor em ações de OP. Na parte da repressão residem as minhas reservas, pois considero que a situação tem que ser muito bem avaliada, dada a imprevisibilidade destas situações.
É importante para o Estado ter ao seu dispor uma força a cavalo preparada e equipada para atuar em situações de alteração da ordem pública?	Tenho algumas dúvidas. Não sei se em termos economicistas, será viável ter uma força só para esse fim. A logística é pesada e os cavalos custam dinheiro. Admito que se prepare pessoal e cavalos para essa missão, mas numa dimensão adequada e não em exclusividade. Volto a afirmar que para mim os cavalos poderão ser de uma grande utilidade no patrulhamento preventivo e de visibilidade.
Considera a capacidade de forças a cavalo como uma mais-valia operacional?	Na prevenção e na visibilidade subscrevo a 100% a utilização dos cavalos. Na dissuasão admito esse emprego. Na repressão, com muito cuidado e muita ponderação. Um pequeno aparte para dizer que gostaria que a Guarda assumisse a sua capacidade de patrulhamento na cidade de Lisboa como entidade de reforço da PSP. O que sucede hoje - falta de ligação com a PSP -, tira toda a objetividade e eficácia ao patrulhamento a cavalo em Lisboa.

Entrevista n.º 3	
Questões formuladas	Major-General Botelho Miguel (Comandante Operacional da GNR)
Como caracteriza o atual ambiente de segurança em Portugal? Podemos dizer que é um país seguro?	Considero Portugal um país seguro. Os indicadores vão nesse sentido, seja na criminalidade geral como na violenta e grave. E isto inclusivamente contrariando algumas opiniões que afirmavam que a crise económica iria aumentar os índices de criminalidade. A Guarda manteve-se calma e serena e fez o seu trabalho, e bem...
Parte da população portuguesa sente-se pouco segura apesar dos indicadores de criminalidade serem na generalidade baixos. Quais as razões deste facto?	Os OCS estão a optar por uma política informativa que, em sentido figurado, podemos chamar-lhe “de sangue”. Ou seja, a opção é noticiar tudo o que tem a ver com criminalidade, e as pessoas são diariamente bombardeadas com isto. Parte da população portuguesa sentir-se-á pouco segura devido a esse bombardear de notícias negativas acerca da criminalidade.
Como é que a gestão das perceções influencia o sentimento de segurança	Tem influencia seja ela positiva ou negativa. Nós procuramos fazê-la pela positiva através das Relações Públicas, por exemplo,



da população?	contrapondo os fenómenos de transmissão de notícias negativas que influenciam as pessoas.
A Guarda deve apostar num patrulhamento preventivo de visibilidade?	Não só deve, a Guarda está atualmente a realizar muito patrulhamento preventivo e de visibilidade. São estas as indicações do Comandante Operacional. Mas acrescento que a Guarda está a fazê-lo numa abrangência muito grande, através dos programas especiais, no trânsito, no combate aos incêndios, etc.
As forças a cavalo têm um poder dissuasor bastante grande. Numa situação de alteração da ordem pública será legítimo afirmar que este tipo de forças é útil em múltiplos cenários como a dissuasão, a contenção e a repressão?	Claramente que sim. É uma valência importantíssima na ordem pública, quer na manutenção como no restabelecimento. Na dissuasão, quando uma situação está iminente, na contenção, quando decorre, e na repressão, quando é necessário que termine.
É importante para o Estado ter ao seu dispor uma força a cavalo preparada e equipada para atuar em situações de alteração da ordem pública?	Sim. A Guarda não deve dispensar ter uma força a cavalo para ações de ordem pública. Os cavalos em determinadas concentrações de pessoas são um fator importantíssimo para a poupança de homens. Às vezes esta realidade choca um pouco com alguns protagonismos das instituições. O emprego de cavalos permitiria libertar homens para outras funções, nomeadamente para o policiamento normal, que perde “mão-de-obra” quando se tem que empenhar um efetivo grande num dado evento.
O Comando Operacional da Guarda considera as forças a cavalo como uma competência distintiva da Instituição?	Claramente que sim.
Qual é o entendimento do comando da Guarda acerca do futuro das forças a cavalo?	Preconizo que a Guarda deve preservar as suas forças a cavalo. Vejo-as nas honras de estado, porque o país é um país de cavaleiros e de cavalos e as honras de estado também são a imagem do país. Somos respeitados, há forças estrangeiras que procuram o nosso <i>know-how</i> para implementar a sua força a cavalo. Na parte policial, patrulhamento e ordem pública, julgo que os cavalos devem ser direcionados para onde fazem falta, grandes eventos, grandes concentrações, zonas balneares e parques de estacionamento. As forças a cavalo devem ser empenhadas pelos comandantes onde são necessárias, tendo naturalmente meios de projeção adequados.
Considera a capacidade de forças a cavalo como uma mais-valia operacional?	Considero que sim, por todas as razões apontadas anteriormente. Não só para a Guarda como para o país. Veja-se a nossa colaboração em diversas vertentes com a Jordânia, incluindo a venda de cavalos por criadores portugueses.

Entrevista n.º 4	
Questões formuladas	Coronel Pedro Costa Lima (Comandante Territorial de Évora)
Parte da população portuguesa sente-se pouco segura apesar dos indicadores de criminalidade serem na generalidade baixos. Quais as razões deste facto?	Para uma análise das questões relacionadas com os dados estatísticos da criminalidade registada e da sua perceção ao nível da segurança por parte das populações, considero importante invocar os estudos do sociólogo Armando Carlos Alves, saudoso e distintíssimo Coronel da GNR, que colocava o contexto do termo “segurança” numa divisão entre uma componente psicológica e uma componente física. Segundo o Coronel Carlos Alves, no mesmo sentido das expressões inglesas <i>safety</i> e <i>security</i> e as francesas <i>sureté</i> e <i>sécurité</i> , talvez devêssemos, em português, separar as noções de segurança e de seguridade. Gosto particularmente dessa argumentação porque, de uma forma clara e sistematizada, enquadra da melhor forma a separação entre o que é a criminalidade vista do ponto de vista meramente matemático e estatístico e o que é no



	<p>campo da perceção das populações.</p> <p>No momento da resposta a este questionário, começaram a sair os dados provisórios relativos ao RASI (Relatório Anual de Segurança Interna) respeitante ao ano de 2014. Nesse dados, regista-se uma descida da criminalidade participada em cerca de 6,7%, consideravelmente abaixo da média dos últimos 12 anos (que foi em 13% superior aos números de 2014). Contudo, na imprensa nacional, com especial destaque para a imprensa escrita, os títulos do dia após a divulgação dos dados do RASI, são:</p> <ul style="list-style-type: none">- “Mais 30 mulheres violadas em 2014” (Correio da Manhã);- “Disparam crimes contra menores” (Jornal de notícias);- “Portugal arrisca ser refúgio de criminosos internacionais” (Jornal de Notícias);- “Mudanças no crime em 2014, +48,1% crime de corrupção, +67% vítimas de tráfico de seres humanos, +37,2% furto/roubo de multibancos” (Diário de Notícias);- “Burlas crescem há uma década e há mais droga nas cadeias” (Público);- “Menos operações contra o crime” (Sol). <p>Julgo que com estes exemplos se torna notória a dimensão da perceção da criminalidade, entre o que são os resultados estatísticos e o que é sentido pelas populações, diretamente (através da sua vivência diária) ou indiretamente (através do consumo de informação externa).</p>
A Guarda deve apostar num patrulhamento preventivo de visibilidade?	<p>No nosso país, com as características populacionais, geográficas e urbanísticas que o caracterizam, o patrulhamento preventivo é aquele que tem demonstrado melhores resultados ao nível do regular emprego operacional de meios. Acresce o facto de, tal como já identificado na questão anterior, a visibilidade das forças policiais no terreno transporta para o sentimento das populações uma natural perceção de segurança e de tranquilidade. Contudo, em resultado da assimetria de proporção entre as necessidades operacionais e os recursos humanos disponíveis para o seu cumprimento, tem aumentado a tendência de emprego dos meios para ações de resposta às solicitações, reduzindo naturalmente as ações de posicionamento preventivo de antecipação à necessidade. No caso do Comando Territorial de Évora (realidade muito específica em termos de registo de criminalidade participada, da região e dos recursos humanos e materiais) a aposta tem sido no sentido do patrulhamento preventivo e de visibilidade. A simples expressão “esteve cá a Guarda” ou “hoje está cá a Guarda”, tem demonstrado ser catalisadora de maior confiança e de maior tranquilidade. Cabe aqui um destaque muito significativo às equipas dos Programas Especiais – nomeadamente as afetas aos programas Escola Segura e Idosos em Segurança – que têm, como ninguém, assumido esse papel de permanência e de proximidade. Ainda no caso do Alentejo Central, a introdução de mudanças na forma de utilização da viatura Posto Móvel (nesta Unidade com uma guarnição fixa e complementada com uma patrulha ciclo) tem-se revelado um caso de sucesso. Passámos a levar o “Posto da Guarda” até às populações, nomeadamente nas localidades onde, até agora, poucas ou nenhuma vez isso acontecia.</p>
Tendo como base a sua experiência como comandante, em que situações de emprego das forças a cavalo é possível averiguar objetivamente a sua mais-valia?	<p>A génese da existência da Guarda Nacional Republicana enquanto força produtora e motivadora de segurança assenta na noção de presença junto das populações, naquilo a que tradicionalmente chamamos de patrulhamento. Assim, sem qualquer dúvida, será no patrulhamento que as forças a cavalo têm a sua maior utilidade. Claro que importa (e julgo que já tarda essa avaliação) rever os conceitos do emprego das forças a cavalo ao nível do</p>



	<p>patrulhamento. No caso concreto da realidade que tenho obrigação de conhecer – o Alentejo Central – o patrulhamento tal como existia há 20 anos atrás já não é viável, nem sequer possível. Os campos já não são abertos e de livre acesso, todos os terrenos têm agora vedações de proteção, pelo que o patrulhamento rural já não tem as características do passado. Contudo, essa nova distribuição da matriz geográfica veio trazer novas áreas de ação e de intervenção. O posicionamento das populações ao nível dos núcleos habitacionais, a dimensão das aldeias, das vilas e das cidades do interior. Possibilitam agora um emprego mais ajustado à realidade atual. Assim saibamos reajustar os nossos conceitos de emprego operacional deste tipo de meios. Num outro patamar – e deixando de fora áreas como o patrulhamento preventivo nas florestas, a manutenção e o restabelecimento da ordem pública, áreas fulcrais e primordiais mas que, por não ser uma preocupação prioritária desta região, deixo para referência futura – considero como uma mais-valia em natural e exponencial crescimento, o emprego dos meios a cavalo nas ações de proximidade com os setores da sociedade mais frágeis e sensíveis: os mais jovens e os mais idosos. É notório o sucesso que estes meios têm em ações com crianças e jovens, na aproximação à imagem da Guarda como uma força protetora, humana e de confiança. O investimento que aqui é feito tem, a curto médio prazo, um enorme retorno no contributo que dá para uma imagem de prestígio da GNR junto das gerações futuras.</p>
<p>Considera as forças a cavalo como uma componente importante do patrulhamento de proximidade? Porquê?</p>	<p>Para evitar gastar adjetivos, limito-me ao adjetivo “imprescindível”. A utilização das forças a cavalo no âmbito do policiamento de proximidade é um vetor que se enquadra numa mais-valia que não pode, nem deve ser questionada. Contudo, e tal como tentei argumentar nas questões anteriores, já tarda uma análise objetiva, atual e elaborada por quem conhece a atual realidade do dispositivo territorial, daquilo que são as novas áreas de emprego e rentabilização deste tipo de forças. Atualmente as forças a cavalo ao nível do patrulhamento têm sido erradamente colocadas em análise de paridade e comparação com outras formas de patrulhamento, nomeadamente o motorizado e o ciclo. Essa comparação, por desajustada e injusta, não contribui para uma real interpretação das potencialidades deste tipo de meios que, pela sua especificidade, não podem ser sujeitos a comparações, muito menos (na minha opinião) das tradicionais análises e comparações em razão de aspetos económico-financeiros.</p>
<p>As forças a cavalo têm um poder dissuasor bastante grande. Numa situação de alteração da ordem pública será legítimo afirmar que este tipo de forças é útil em múltiplos cenários como a dissuasão, a contenção e a repressão?</p>	<p>Completamente e, uma vez mais, sem qualquer tipo de dúvida. As lições colhidas junto de países parceiros com utilização deste tipo de forças em situações de manutenção e restabelecimento da ordem pública, indicam um enorme sucesso e um elevado potencial de resultados quando confrontadas as equações de força x resultados x consequências x danos colaterais. Mesmo no nosso país (e tomando apenas como exemplo as situações do “pós 25 de abril”, porquanto antes dessa data o normativo de emprego não tem comparativo com as normas democráticas atualmente em vigor) todas as situações em que foram empregues forças a cavalo em missões de alteração da ordem pública, resultaram num claro resultado positivo em razão do cumprimento da lei e da ordem. O efeito psicológico das forças a cavalo, associados ao seu poder de mobilidade e de choque, garantem uma eficácia tal que só a sua presença dissuasora resolve, a maioria das vezes, o problema.</p>
<p>É importante para o Estado ter ao seu dispor uma força a cavalo preparada e equipada para atuar em situações de alteração da ordem</p>	<p>Considero muito importante. Descontando, uma vez mais, as questões de índole económico-financeira (que julgo não merecerem ser equacionadas em cenários de segurança, bem estar e tranquilidade das populações) numa sociedade democraticamente</p>



pública?	estruturada, em que o direito à manifestação pública pode, naturalmente, ser aproveitado por estranhos para provocar situações de rutura social e de desacatos, a existência de forças a cavalo, bem treinadas, equipadas e prontas para intervir, garante em permanência uma resposta eficaz e eficiente a todos os cenários de alteração da ordem pública. Será, contudo, dada a sua especificidade e especialidade, de avaliar bem os quantitativos humanos e materiais necessários ao cumprimento de tal missão, atendendo à nossa realidade populacional e geográfica, de forma a não hipotecar a qualidade em detrimento da quantidade.
Considera a capacidade de forças a cavalo como uma mais-valia operacional?	Por tudo o que tentei expor anteriormente, subscrevo a questão da mais-valia operacional quando se fala de forças a cavalo. Ao longo dos anos, passando por diversos regimes e por diversas forças políticas, sempre o cumprimento da missão das forças a cavalo em Portugal foi entendido como importante no enquadramento da segurança interna no nosso País. Deixando de lado as questões honoríficas (que, apesar de importantes e notórias, não julgo ser o âmbito das respostas a este questionário) a utilização e o emprego de forças a cavalo em ações que vão desde o simples patrulhamento (simples em razão da quantidade, dois elementos) até à maior complexidade da manutenção e do restabelecimento da ordem pública, tem características do ponto de vista operacional que mais nenhum meio consegue cumprir. Reforço a ideia de que já tarda uma reavaliação desse emprego operacional, principalmente em relação aos diversos tipos de patrulhamento que possibilitam, reavaliação essa que deve ter em linha de conta as atuais características geográficas, demográficas e sociais, quer nas áreas mais urbanas quer nas áreas mais rurais.

Entrevista n.º 5	
Questões formuladas	Coronel Carlos Silva Gomes (Comandante Territorial de Faro)
Parte da população portuguesa sente-se pouco segura apesar dos indicadores de criminalidade serem na generalidade baixos. Quais as razões deste facto?	Numa sociedade cada vez mais mediatizada, a criminalidade e tudo o que a ela está associado assume especial destaque e perfila-se como um dos principais focos de atenção, alcançando praticamente o estatuto de bem de consumo mediático. Neste enquadramento, as questões relativas à segurança tornam-se muito mais permeáveis aos holofotes do escrutínio público, os quais potenciam junto da população a criação de um clima e perceção de insegurança assente nas possíveis repercussões da criminalidade ao nível das representações que os cidadãos têm da mesma. Neste contexto de mediatização da criminalidade ganha assim especial ênfase o papel da comunicação social, cuja cobertura mediática tende a criar e a promover visões partilhadas, consensuais e generalizadas, muitas vezes negativas, do clima de segurança. Apesar do referido, é de salientar que Portugal é atualmente um dos países mais seguros da Europa, sendo reduzidos os registos de criminalidade violenta. Ao nível do Algarve, este é cada vez mais um destino de excelência, em grande parte pelo sentimento de segurança que transmite e que na realidade aqui se vive. A este respeito, não deverá também ser descurado o impacto negativo que a utilização política das questões relacionadas com a segurança provoca, contribuindo muitas vezes para o aumento do sentimento de insegurança nas populações.
A Guarda deve apostar num patrulhamento preventivo de visibilidade?	As FS devem não só apostar num patrulhamento de visibilidade mas adotar também uma atitude de pro-atividade. O patrulhamento preventivo é essencial no combate à criminalidade, visando a manutenção da tranquilidade pública e o respeito pelas leis, sabendo-se ainda que constitui importante fonte de informação,



	<p>elemento primordial na orientação da atividade das FFSS. Assim, melhor do que agir em reação é agir em prevenção. A pro-atividade passa por transmitir aos nossos patrulheiros que a sua presença na rua não basta, é necessário promover e reforçar uma atitude de presença mas também de atuação ativa, que por mais insignificante que seja pode prevenir muitos crimes e dissuadir muitos atos contrários à lei. Estas ações, ao contrário do que a maior parte dos militares pensam, deverão ser mais amplas e abrangentes do que o habitual âmbito rodoviário. Passam, entre outras, pela abordagem a indivíduos ou grupos de indivíduos suspeitos, pela recolha de informação junto da população local, com a elaboração posterior de relatórios de informação, e pelo estudo de toda a envolvimento criminal registada em determinada zona de ação, por forma a criar mecanismos e estratégias que possam prevenir a sua ocorrência.</p>
<p>Tendo como base a sua experiência como comandante, em que situações de emprego das forças a cavalo é possível averiguar objetivamente a sua mais-valia?</p>	<p>O patrulhamento a cavalo, ao nível operacional, passa por três grandes vertentes estratégicas de combate à criminalidade, que são o patrulhamento preventivo, o policiamento de proximidade e o restabelecimento da ordem pública. Patrulhamento preventivo, nomeadamente no combate aos furtos em interior de veículo, nos parques de estacionamento das zonas balneares, com excelentes resultados no verão ao nível do Algarve, bem como o patrulhamento preventivo de combate aos furtos em interior de residência em aldeamentos turísticos. Sabendo-se da preponderância do fator criminalidade enquanto aspeto que perturba o clima de segurança dos residentes e a experiência turística daqueles que nos visitam, não se devem negligenciar as potencialidades deste tipo de patrulhamento, que para além de facilitar o acesso a quase todos os locais através de uma aproximação discreta, tendo como mais-valia o grande campo de observação e a razoável capacidade de perseguição que oferece, favorece também o contacto direto com pessoas e locais, ao mesmo tempo que projeta uma imagem de forte presença operacional, simultaneamente amiga e próxima. Esta situação é por demais visível e comprovável no patrulhamento dos aldeamentos turísticos, principalmente nos que têm campos de golf. A ausência de ruído motorizado na locomoção, o enquadramento na vertente natureza, a tendência natural para a aproximação de adultos e crianças, muitas vezes com o objetivo de fixar o momento em fotos ou filmes, são mais-valias que deveriam ser cada vez mais valorizadas pela Guarda na sua estratégia de comunicação e no direcionamento dos meios para as situações que possibilitem maior projeção do sentimento de segurança. Por outro lado, também deve ser destacada a vantagem do empenhamento de patrulhas a cavalo na prevenção de incêndios, especialmente nos locais de mais difícil acesso das serras, bem como na prevenção da ocorrência de furtos em interior de residência em locais isolados. No que respeita ao policiamento de proximidade é essencial pela forma como a população interage com esta força e pela aproximação que transmite entre a GNR e as pessoas, permitindo a recolha de informação essencial no combate à criminalidade. Por fim, em termos de restabelecimento da ordem pública, o emprego de forças a cavalo é essencial em casos de situação mais graves de desordem pública pela imponente que a força a cavalo transmite, sendo um fator desencorajador de ações contra a sua segurança. Situações já houve em que, apenas com a utilização de forças a cavalo foi possível retirar equipas do interior dos recintos desportivos, sem tivesse sido necessário aumentar o nível de emprego da força.</p>
<p>Considera as forças a cavalo como uma componente importante do patrulhamento de proximidade?</p>	<p>Conforme explicado anteriormente, o emprego de patrulhas a cavalo assume-se como um dos melhores e mais importantes meios de estimular um patrulhamento de proximidade, pois é um dos</p>



Porquê?	mecanismos de maior e mais eficaz aproximação à população local e turística, com resultados consideráveis não só a nível preventivo mas também no que respeita à recolha de informação. Numa patrulha a cavalo, bastam por vezes alguns minutos que se passem a falar com a população para que sejam recolhidas uma série de notícias que depois de devidamente canalizadas são essenciais a todos os núcleos e secções de um Destacamento Territorial, que as tratam e transformam em informações que se consubstanciam como mais um contributo para a adoção e implementação de estratégias de atuação e de orientação da atividade. Por outro lado as forças a cavalo reforçam a excelente imagem da GNR e favorecem um reconhecimento positivo por parte da população e das autarquias, não só através do patrulhamento, mas também através de iniciativas de iniciação à equitação e de envolvimento em ações de hipoterapia, as quais também se podem constituir como formas privilegiadas de projeção da imagem da Guarda e de ligação aos cidadãos através da atividade equestre, facilitando e estreitando o relacionamento com a comunidade e contribuindo muitas vezes para uma maior integração de cidadãos com necessidades especiais, num ambiente de proximidade com a Guarda e os seus militares;
As forças a cavalo têm um poder dissuasor bastante grande. Numa situação de alteração da ordem pública será legítimo afirmar que este tipo de forças é útil em múltiplos cenários como a dissuasão, a contenção e a repressão?	No emprego em Forças de Restabelecimento da Ordem Pública, o cavalo pode ser utilizado em dispositivos de contenção (na criação de uma caixa de segurança para acompanhamento de uma claqué de futebol em reforço do efetivo de Infantaria e Cino). Pela sua simples presença e tendo em conta a sua característica de força mais musculada, detém uma capacidade dissuasora muito maior que qualquer outro tipo de Força. Quando empregue na repressão, detém um poder muito maior que obriga efetivamente à dispersão de grupos de manifestantes.
É importante para o Estado ter ao seu dispor uma força a cavalo preparada e equipada para atuar em situações de alteração da ordem pública?	Naturalmente que é importante, mas tendo em conta o cenário de restrições económicas vivido, para justificar a existência de uma Força com essas características, ela terá sempre de ter um cariz polivalente, desempenhando cumulativamente missões de patrulhamento, ordem pública e serviço honorífico.
Considera a capacidade de forças a cavalo como uma mais-valia operacional?	As forças a cavalo são essenciais no emprego operacional, daí serem usadas pelas Forças de Segurança dos países mais desenvolvidos do mundo. Ao nível da GNR, falta definir uma estratégia adequada à nossa realidade, pois em vez de se apostar na implementação de forças a cavalo nos locais onde se possa tirar maior rendimento na vertente operacional do patrulhamento e do reforço do sentimento de segurança das populações e/ou dos turistas que nos visitam, continua a aceitar-se que este precioso meio esteja concentrado em Lisboa e... pouco mais. A aposta deve ser, e dou como exemplo a região do Algarve, a criação de Esquadras com militares formados em RMOP, situadas em locais estratégicos, tendo em conta a sua utilização diária no patrulhamento preventivo e no policiamento de proximidade e possibilitando que, em caso de necessidade, sejam acionados para emprego conjunto em situações de ordem pública. Brincando com pergunta e para terminar: a mais-valia das forças a cavalo da Guarda é exatamente a sua capacidade operacional.

Entrevista n.º 6	
Questões formuladas	Coronel Paulo Reis Ferreira (Comandante Territorial de Lisboa)
Parte da população portuguesa sente-se pouco segura apesar dos indicadores de criminalidade serem	Julgo existirem 3 fatores que concorrem para este sentimento de insegurança. O primeiro está relacionado com os OCS que “vendem” as situações mais sensíveis, conferindo-lhes muito tempo



na generalidade baixos. Quais as razões deste facto?	de antena e empolando as situações. O segundo leva-nos para o campo da administração da justiça, pois muitas das vezes a população não entende (até eu) o porquê da saída em liberdade de detidos em flagrante e presentes a Tribunal, que sabemos nós vão manter a sua atividade criminal. Sentimento de impunidade relacionado com a segurança. O terceiro, já relacionado com a atividade operacional das FS, foca-se no tempo de intervenção a uma determinada ocorrência, que origina um desconforto e sentimento de insegurança nos nossos cidadãos.
A Guarda deve apostar num patrulhamento preventivo de visibilidade?	Sem dúvida que o patrulhamento preventivo de visibilidade é o único que possibilita uma diminuição efetiva da criminalidade e um sentimento de segurança nos cidadãos. Para se atingir este desiderato, partindo do pressuposto que temos de viver com aquilo que temos no tocante aos recursos humanos, temos que ser criativos no que diz respeito ao tipo de policiamento/patrulhamento que efetuamos. Assim, entende-se que as subunidades de escalão Posto Territorial devem apenas direcionar a sua atividade operacional para o patrulhamento, concentrando os serviços de secretaria e inquéritos no Destacamento. Um estudo/proposta no âmbito da Estratégia 2020/Objetivos Operacionais será remetido ao escalão superior para apreciação.
Tendo como base a sua experiência como comandante, em que situações de emprego das forças a cavalo é possível averiguar objetivamente a sua mais-valia?	No patrulhamento da floresta (particularmente Serra de Sintra), patrulhamento zonas de praia e respetivos parques de estacionamento e policiamento de proximidade em zonas turísticas face à aceitação e proximidade que os animais têm na população.
Considera as forças a cavalo como uma componente importante do patrulhamento de proximidade? Porquê?	Claro, já foi respondido anteriormente.
As forças a cavalo têm um poder dissuasor bastante grande. Numa situação de alteração da ordem pública será legítimo afirmar que este tipo de forças é útil em múltiplos cenários como a dissuasão, a contenção e a repressão?	Sem dúvida que sim, embora entenda que devem atuar com forças de infantaria.
É importante para o Estado ter ao seu dispor uma força a cavalo preparada e equipada para atuar em situações de alteração da ordem pública?	Face à criminalidade existente e a situações em que este tipo de forças foram, ou podiam ter sido empregues, não tendo em conta o atual contexto socioeconómico do País, não se justifica existir uma força deste tipo apenas vocacionada e preparada para alterações de Ordem Pública. Penso que o atual modelo existente serve e se coaduna com as atuais necessidades da GNR neste âmbito.
Considera a capacidade de forças a cavalo como uma mais-valia operacional?	Sem dúvida.

Entrevista n.º 7	
Questões formuladas	Coronel Nuno Sanfona Paulino (Comandante Territorial de Santarém)
Parte da população portuguesa sente-se pouco segura apesar dos indicadores de criminalidade serem na generalidade baixos. Quais as razões deste facto?	Não respondido.
A Guarda deve apostar num patrulhamento preventivo de	Não respondido.



visibilidade?	
Tendo como base a sua experiência como comandante, em que situações de emprego das forças a cavalo é possível averiguar objetivamente a sua mais-valia?	Face ao histórico de ocorrências de furto em interior de veículos em parques de estacionamento de praias fluviais e de locais de elevada afluência de pessoas, é clara a diminuição deste tipo de ocorrências, quando estes locais são patrulhados com forças a cavalo. No policiamento de grandes eventos, permite um menor emprego de forças auto ou apeadas tendo em conta a capacidade de mobilidade e visibilidade; No feedback da comunidade escolar e sénior no que concerne à proximidade desta Guarda com o cidadão, tendo em conta os agradecimentos recebidos posteriormente ao emprego desta força nas atividades desenvolvidas. Mais-valia no emprego do patrulhamento em zonas florestais ou de terrenos acidentados, uma vez que os veículos moto ou auto, para além das limitações de mobilidade apresentam grande desgaste e avarias após empregabilidade nestes locais.
Considera as forças a cavalo como uma componente importante do patrulhamento de proximidade? Porquê?	Afirmativo. Grande parte do patrulhamento atualmente é feito com recurso a meios auto, o que desfavorece o contacto com o cidadão. Os meios a cavalo são e sempre foram, por natureza, um meio que desperta a atenção da população e cria empatia, principalmente das crianças, dos habitantes de meios rurais e onde exista cultura equestre. O cidadão por norma acarinha este tipo de patrulhamento, pois apercebe-se mais facilmente da sua presença e existe um contacto humano mais próximo. O patrulhamento a cavalo é facilmente assinalado pela comunidade, pois sobressai do quotidiano.
As forças a cavalo têm um poder dissuasor bastante grande. Numa situação de alteração da ordem pública será legítimo afirmar que este tipo de forças é útil em múltiplos cenários como a dissuasão, a contenção e a repressão?	Afirmativo, como já foi referido anterior as forças a cavalo têm várias funções e facilmente se adaptam à missão. Quando formadas em esquadra ou pelotão com os respetivos equipamentos de ordem pública, têm um elevado efeito dissuasor, de contenção e repressão, que as forças de infantaria e cinotecnia não têm.
É importante para o Estado ter ao seu dispor uma força a cavalo preparada e equipada para atuar em situações de alteração da ordem pública?	Afirmativo. Como foi referido anteriormente, as forças a cavalo têm uma capacidade de dissuasão e repressão que nenhuma outra força de ordem pública tem. Porém, salvo melhor entendimento, a mesma deveria estar territorialmente distribuída, dependendo organicamente dos Destacamentos de Intervenção com dependência técnica da USHE.
Considera a capacidade de forças a cavalo como uma mais-valia operacional?	Afirmativo. Atualmente existe um grande défice de meios humanos e animais para o serviço territorial. É notório que quando existe uma divulgação destes meios (quer para a comunidade escolar quer para o nosso próprio efetivo) e as capacidades do mesmo, as requisições de reforço aumentam. É ponto assente que estas solicitações de reforço, quando satisfeitas a 1º vez, passam a ser cruciais para os Comandantes de Operações, escolas de todos os tipos de ensino, organizadores de eventos sociais e religiosos, tendo em conta a sua eficácia dissuasora, empatia e impacto positivo.